

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**CENTRO DE ENSINO BOMBEIRO MILITAR
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS**

**CURSO DE COMANDO E ESTADO MAIOR: ESPECIALIZAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA COM ÊNFASE NA ATIVIDADE
BOMBEIRO MILITAR**

GUSTAVO CUNHA SALVADOR

**PROPOSTA DE GESTÃO DA IGNIS: REVISTA TÉCNICO CIENTÍFICA DO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA**

**FLORIANÓPOLIS
2021**

Gustavo Cunha Salvador

**Proposta de gestão da Ignis: revista técnico científica do
Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**

Monografia apresentada ao Curso de Comando e Estado-Maior e ao Curso de Especialização em Administração em Segurança Pública com Ênfase na Atividade Bombeiro Militar, do Centro de Ensino Bombeiro Militar (CBMSC) e do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (UDESC) como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Administração em Segurança Pública com Ênfase na Atividade Bombeiro Militar.

Orientadora: Dra. Simone Ghisi Feuerschütte

**Florianópolis
2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor com orientações da Biblioteca CBMSC

Salvador, Gustavo Cunha

Proposta de gestão da Ignis: revista técnico científica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina/ Gustavo Cunha Salvador. -- Florianópolis : CEBM, 2021.

83 p.

Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior) – Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, Centro de Ensino Bombeiro Militar, Curso de Comando e Estado-Maior, 2021.

Orientadora: Simone Ghisi Feuerschütte, Dra.

1. Revista científica. 2. Gestão editorial. 3. Boas práticas em periódicos.
I. Feuerschütte, Simone. II. Título.

GUSTAVO CUNHA SALVADOR

**PROPOSTA DE GESTÃO DA IGNIS: REVISTA TÉCNICO CIENTÍFICA DO
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA**

Monografia apresentada ao Curso de Comando e Estado-Maior e ao Curso de Especialização em Administração em Segurança Pública com Ênfase na Atividade Bombeiro Militar, do Centro de Ensino Bombeiro Militar (CBMSC) e do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (UDESC) como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Administração em Segurança Pública com Ênfase na Atividade de Bombeiro Militar.

Banca Examinadora:

Orientadora:

Dra. Simone Ghisi Feuerschütte
UDESC

Membros:

Dra. Karin Vieira da Silva
UDESC

Me. Jesiel Maycon Alves
CBMSC

Florianópolis, 25 de outubro de 2021

Dedico este trabalho a minha família.

“Se um livro pode ter várias versões, por que não um artigo? Meu sonho é que o artigo possa ter links para versões em diversos idiomas e para todas as versões daquele artigo, que foram modificadas conforme ele foi sendo estudado, criticado e reconstruído”.

(Piotr Trzesniak)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo propor a reestruturação da gestão da Ignis: Revista Técnico Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Para fundamentar a pesquisa temas basilares foram apresentados, como comunicação científica, periódicos científicos, boas práticas em gestão editorial, bem como a análise da situação atual da revista. A pesquisa caracterizou-se por uma abordagem qualitativa; do ponto de vista dos objetivos, exploratória e descritiva; e quanto aos procedimentos técnicos uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados mostraram que publicações especializadas na área de bombeiro no Brasil ainda são incipientes, havendo a necessidade de ampliação de canais para divulgação do que é produzido durante os cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização. Neste cenário, a Ignis possui grande potencial de atuação, desde que seja institucionalizada pela Corporação e que os atores envolvidos no processo sejam qualificados. Para isso foi apresentado um planejamento que tem como propósito servir como um direcionamento para a reestruturação da Revista.

Palavras-chave: Revista científica. Periódico científico. Gestão editorial. Fluxo editorial. Boas práticas em periódicos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	CrITÉrios formais de qualidade editorial mais cobrados por 18 áreas do conhecimento.....	21
Quadro 2 -	Números e títulos das normas técnicas da ABNT relacionadas com periódicos científicos.....	25
Quadro 3 -	Etapas de trabalho do fluxo editorial científico.....	27
Quadro 4 -	Revistas com o nome Ignis registradas no portal da <i>International Standard Serial Number</i> (ISSN).....	39
Quadro 5 -	Quantidade de publicações na Revista Ignis distribuídas por Edição/Ano..	42
Quadro 6 -	Recomendações de boas práticas editoriais científicas.....	45
Quadro 7 -	Relação das Licenças <i>Creative Commons</i>	47
Quadro 8 -	Proposta de reestruturação da gestão da Revista Ignis.....	54

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANPAD – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BRAPCI – Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBMAL – Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas

CBMAP – Corpo de Bombeiros Militar do Amapá

CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

CBMERJ – Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro

CBMMG – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

CBMPA – Corpo de Bombeiros Militar do Pará

CBMPE – Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco

CBPMPR – Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná

CBMSC – Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

CBMTO – Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins

CEBM – Centro de Ensino Bombeiro Militar

CEE/SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPE – *Committee on Publication Ethics*

DCMI – *Dublin Core Metadata Initiative*

DiTI – Divisão de Tecnologia e Informação

DOAJ – Diretório de revistas eletrônicas de acesso aberto

DOE/SC – Diário Oficial do Estado de Santa Catarina

DOI – *Digital Object Identifier*

EGov – Escola de Governo

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ISO – *International Standardization Organization*

ISSN – *International Standard Serial Number*

Latindex – Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

LiVre – Revistas de livre acesso

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública

NBR – Norma Técnica Brasileira

OASISBR – Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto

OJS – *Open Journal Systems*

ORCID – *Open Researcher and Contributor ID*

REDIB – Rede Iberoamericana de Inovação e Conhecimento Científico

SciELO – *Scientific Electronic Library Online*

SEGEN – Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública

SENABOM – Seminário Nacional de Bombeiros

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVOS.....	13
1.1.1 Objetivo Geral.....	13
1.1.2 Objetivos Específicos.....	13
1.2 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	15
2.2 GESTÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS.....	20
2.2.1 Planejamento Editorial.....	20
2.2.1.1 Gestão Editorial.....	22
2.2.1.2 Política editorial.....	24
2.2.2 Fluxo editorial.....	26
2.2.3 Circulação e visibilidade.....	28
2.2.4 Estatística, Tecnologia e Segurança.....	31
2.3 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE BOMBEIRO.....	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
4 DIAGNÓSTICO DA ATUAL SITUAÇÃO DA REVISTA IGNIS.....	37
4.1 ESCOLA DE GOVERNO DO CBMSC.....	37
4.2 HISTÓRICO E ATUAL SITUAÇÃO DA REVISTA IGNIS.....	38
5 REQUISITOS PARA BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS..	45
6 PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DA REVISTA IGNIS....	53
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65

REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE A - Artigos publicados na edição inaugural da revista em 2016.....	73
APÊNDICE B - Artigos publicados na segunda edição da revista em 2016.....	75
APÊNDICE C - Artigos publicados na terceira edição da revista em 2017.....	77
APÊNDICE D - Artigos publicados nas edições quatro e cinco da revista em 2018	79
APÊNDICE E - Artigos publicados na sexta edição da revista em 2019.....	81
APÊNDICE F - Artigos publicados na sétima edição da revista em 2020.....	83

1 INTRODUÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) tem por finalidade realizar serviços específicos de bombeiros no território do Estado, mediante ações integradas com a sociedade, visando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (SANTA CATARINA, 2018).

O CBMSC capacita e habilita seus integrantes para o exercício dos cargos e funções previstos na corporação por meio de um sistema próprio de ensino, além de promover cursos e treinamentos de formação e atualização sobre assuntos profissionais (CBMSC, 2014).

Na busca pelo aprimoramento da atividade de ensino, em 2014, o CBMSC teve o credenciamento de sua Escola de Governo (EGov), para ofertar cursos de pós-graduação *Lato Sensu* (especialização) autorizado pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC).

Atualmente, a EGov do CBMSC possui autorização para ofertar dois cursos de pós-graduação, o Curso de Especialização em Gestão de Riscos e Eventos Críticos e o Curso de Especialização em Gestão de Investigação de Incêndio e Explosão - Perícia.

Neste cenário de criação da EGov e dos cursos de pós-graduação, em 2015, também foi criada a revista técnico científica do CBMSC. O periódico foi concebido com objetivo de incentivar e divulgar a produção científica relacionada à atividade de bombeiro produzida nos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização do CBMSC e das demais corporações das outras unidades da federação (CBMSC, 2020).

A revista foi denominada “Ignis: Revista Técnico Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina”, com edição inaugural publicada no primeiro semestre de 2016 (CBMSC, 2020).

A Revista Ignis, assim como os demais periódicos científicos, destaca-se como importante canal formal de registro e propagação da comunicação científica em uma área de conhecimento especializada. Assim sendo, enquanto publicação científica, exige planejamento, diretrizes e organização editorial. Além disso, para assegurar uma publicação de qualidade, a gestão editorial deve ser baseada em um processo com regras específicas, composta por várias etapas e critérios alinhados a padrões éticos.

A avaliação dos periódicos científicos brasileiros é de responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de um sistema denominado Qualis Periódicos. Esse sistema consiste em um conjunto de procedimentos de classificação a partir de parâmetros e indicadores que mensuram a

relevância e a qualidade das publicações de artigos produzidos em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado), categorizados por área de conhecimento, em bases de dados nacionais e internacionais. Desta forma, a CAPES classifica os programas de pós-graduação com base na qualidade dos periódicos em que seus pesquisadores estão publicando (BRASIL, 2021a).

A EGov do CBMSC está autorizada a oferecer apenas cursos de pós-graduação *Lato Sensu* (especialização), sendo assim, tem por obrigação fomentar a iniciação científica e à produção científica de seus docentes e discentes, sendo interessante para a corporação, portanto, possuir uma revista estruturada e indexada em bases de dados nacionais e internacionais. Pelo fato de a revista estar vinculada a uma instituição que oferta cursos de pós-graduação *Lato Sensu* o processo de obtenção do Qualis Periódicos torna-se mais difícil, tendo em vista a necessidade de publicação de artigos de autores vinculados a cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Com relação a revista Ignis, em sua atual configuração, apresenta inúmeras dificuldades para atender aos critérios de avaliação de bases indexadoras. Para tanto precisa se adequar a critérios definidos pelas bases de dados, diretórios, repositórios e/ou portais e, portanto, surge a necessidade de ações voltadas a uma reestruturação do periódico, com vistas a melhorar a sua credibilidade, o acesso aos leitores e ampliar a divulgação.

Diante deste contexto, o presente estudo foca na situação problema a necessidade de alavancar o potencial do referido periódico, por meio de uma reestruturação de sua gestão, considerando a orientação de boas práticas advindas de outras publicações científicas e pesquisas na área que possam contribuir para o fomento da Revista Ignis no âmbito da EGov do CBMSC.

As justificativas desta pesquisa amparam-se em três fatores: pessoal, científico e social. Como fator pessoal, o tema desta monografia surgiu a partir da visualização, na condição de Chefe da Seção de Ensino do Centro de Ensino Bombeiro Militar (CEBM), das dificuldades no gerenciamento da revista e da necessidade de investimentos em recursos humanos, estrutura tecnológica e apoio institucional. Dessa forma, despertou-se o interesse pela temática, com pretensão de colaborar na composição da equipe editorial da revista. Outro fator motivador foi vislumbrar a utilização do periódico como forma de colocar o CBMSC em destaque no cenário nacional e internacional, na divulgação da produção científica na área de bombeiro.

O fator científico sustenta-se no entendimento de que os periódicos são os canais de comunicação científica mais utilizados para disseminação do conhecimento e, por meio deles,

as pesquisas são divulgadas e validadas pelos pares. Com isso, discutir temáticas relacionadas a revistas científicas é sempre atual, principalmente no meio militar, que ainda está se incluindo neste ambiente. Com relação ao CBMSC, a corporação, por mais que de forma inicial, promove a iniciação científica, principalmente por conta da EGov, e ao possuir uma revista científica estruturada, demonstra ter a intenção de se tornar uma instituição acadêmica, buscando ser referência e modelo de excelência na produção e socialização do conhecimento relacionado às atividades de bombeiro.

Já com relação ao fator social, destaca-se a busca do CBMSC pela profissionalização e aprimoramento de suas ações, principalmente com foco na pesquisa e inovação, acreditando que é desta forma que irá oferecer para sociedade um serviço de melhor qualidade.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Propor a reestruturação da gestão da Ignis: Revista Técnico Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar o diagnóstico da atual situação da Revista Ignis;
- b) Identificar boas práticas de gestão editorial e as exigências relacionadas ao contexto da publicação científica brasileira; e
- c) Sistematizar uma proposta de reestruturação da gestão da Revista Ignis, por meio da definição de ações e os respectivos elementos e requisitos necessários a um periódico científico.

1.2 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Este estudo foi estruturado em sete capítulos. No primeiro capítulo está a introdução, contendo a problematização, justificativa e objetivos da pesquisa.

No segundo capítulo é desenvolvido o referencial teórico, no qual apresento a revisão da literatura sobre comunicação científica, gestão de periódicos científicos e comunicação científica na área de bombeiro.

O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos que sustentaram a operacionalização da pesquisa.

Já nos últimos capítulos são explicitadas as respostas aos objetivos específicos do estudo, ou seja, no quarto capítulo o diagnóstico da atual situação da revista, seguido dos requisitos para boas práticas de publicações científicas, no quinto capítulo. No sexto capítulo é apresentada a proposta de reestruturação da gestão da Revista Ignis. Finalizando o trabalho, no sétimo capítulo são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo foi subdividido em três seções. A primeira trata da comunicação científica, abordando temas como acesso aberto, ciência aberta e periódicos científicos. Na seguinte, apresenta-se uma revisão da literatura sobre gestão editorial de periódicos científicos. Na seção três, são feitos apontamentos sobre a comunicação científica na área de bombeiro no Brasil.

2.1 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A comunicação científica é um circuito ininterrupto que se estabelece entre os pesquisadores, de tal forma que são eles, invariavelmente, consumidores de informação, produtores de informação e avaliadores de informação (TARGINO; TORRES, 2014).

Segundo Bueno (2010), a comunicação científica mobiliza o debate entre especialistas como parte do processo natural de produção e legitimação do conhecimento científico, além de visar:

à disseminação de informações especializadas entre os pares, com o intuito de tornar conhecidos, na comunidade científica, os avanços obtidos (resultados de pesquisas, relatos de experiências, etc.) em áreas específicas ou à elaboração de novas teorias ou refinamento das existentes (BUENO, 2010, p. 5).

O conhecimento científico possui especificidades que o diferenciam dos outros tipos de conhecimentos, pois é obtido por meio de uma metodologia conhecida e aceita por uma comunidade e pode ser verificável, ou seja, é resultado de uma pesquisa (IBICT, 2021a).

O acesso à comunicação científica tem sido bastante favorecido pelas novas tecnologias, que estimulam e potencializam a implantação de ambientes que reúnem número significativo de periódicos, disponibilizando gratuitamente seu conteúdo integral (BUENO, 2010).

O atual panorama da comunicação científica é extremamente dinâmico e tem sido impactado e modificado pelo uso de ferramentas de gestão das atividades e do fluxo de pesquisa (SANTOS; CALÒ, 2020).

Silveira, Santos e Bueno (2020, p. 170) afirmam que a comunicação científica:

foi afetada pelas influências da Internet, das diferentes gerações da *Web*, das Tecnologias de Informação (TIC) e a própria evolução da sociedade. Dentre as diferentes formas de comunicar ciência, os periódicos científicos permaneceram com seu valor diante da comunidade, principalmente de ter credibilidade e oferecer o reconhecimento da área. Quando o manuscrito é aceito significa que seus pares validaram o conteúdo, ou seja, reconhecem a importância para a ciência, e, a partir disso, pode receber a visibilidade alcançando diferentes regiões do mundo. Para ter

essa presença, o periódico precisa seguir padrões nacionais e internacionais, acompanhando as tendências da publicação científica.

Dentre os principais elementos que se destacaram e que reconfiguram o fluxo da comunicação científica se referem:

à democratização do conhecimento; diminuição das distâncias entre os países; internacionalização da ciência alterando a relação de mão única entre países produtores de ciência e os países consumidores; e maior intercâmbio entre produtor-consumidor (WEITZEL, 2006, p. 109).

A comunicação científica é composta pelos canais formais e informais, sendo que ambos são indispensáveis à comunicabilidade da produção científica. A comunicação formal se consolida através de publicações como periódicos, livros, relatórios, resumo, índices e revisões. Já a comunicação informal se caracteriza normalmente pela transferência da informação por canais de caráter mais pessoal, abrangendo relatos de pesquisas ainda não concluídas e/ou em andamento, apresentações em reuniões científicas e participação em associações profissionais e colégios invisíveis (FERREIRA; MODESTO; WEITZEL, 2004).

O periódico científico é o principal canal de comunicação formal da ciência e nos últimos anos essa forma de comunicação passou por grandes transformações, com destaque à digitalização, ao acesso aberto e à ciência aberta (ABADAL, 2020).

Segundo Márdero Arellano (2021, p. 18), os periódicos científicos têm estado presentes na evolução da ciência e tecnologia, sendo usados para:

recuperar e atualizar o conhecimento humano, que pela sua rapidez a edição de livros não consegue acompanhar. Mas o avanço da tecnologia provocou a adoção de novos meios para a edição periódica, incorporando novas formas de acesso, recuperação e preservação. Os formatos, mudaram passando do impresso, ao registro magnético e virtual, facilitando a comunicação quase imediata de informações e a troca de dados de pesquisa. Nas duas primeiras décadas deste século, as versões on-line foram gradativamente aceitas e padronizadas como novos veículos de disseminação científica.

Atualmente, a maioria dos periódicos têm migrado da publicação impressa para a eletrônica, outros já nascem eletrônicos, devido ao alto custo em realizar a publicação impressa e a maior facilidade de acesso ofertada pelo meio digital (IBICT, 2021a).

Conforme Abadal (2020), esse processo de digitalização, que ocorreu a partir da década de 1990, reduziu custos do sistema de produção, facilitando o alcance imediato do conteúdo de qualquer parte do mundo. Já em 2000, passou-se a discutir sobre acesso aberto como um novo modelo de comunicação científica baseado na divulgação gratuita de conteúdos acadêmicos. Tal mudança no sistema de divulgação modificou o modelo econômico que, até então, sustentava o mercado de periódicos científicos. A partir de 2015 se consolidou o conceito da ciência aberta, um novo modelo que envolve a aplicação da

"abertura" não só da fase de divulgação da ciência, mas também da coleta de dados, da revisão por especialistas, colaboração cidadã, etc. "Ciência aberta é isto: uma mudança de paradigma na forma de fazer ciência. A mudança não está no que é feito, mas em como é feito" (ANGLADA; ABADAL, 2018, p. 293),

O Acesso Aberto refere-se à disponibilidade e acesso gratuito por qualquer pessoa aos resultados de pesquisas científicas. Baseia-se na premissa de que o conhecimento científico é um bem público e, portanto, deve estar disponível a todos (USP, 2021a).

Segundo USP (2021a, grifo do autor) existem quatro vias para alcançar o acesso aberto:

VIA VERDE – *Green Road Open Access* – o artigo é publicado em qualquer revista. O autor retém os direitos autorais e tem permissão para colocar cópias do artigo (às vezes um *pre-print* ou um *post-print*) em um repositório ou em seu próprio site. Trata-se do arquivamento do manuscrito no Repositório. Algumas editoras exigem um período de embargo antes que o artigo fique em acesso aberto.

Pre-print – versão não revisada por pares ou não-editada do artigo.

Post-print – versão revisada por pares do artigo, mas não formatado para publicação.

VIA DOURADA – *Gold Road Open Access* – o artigo é publicado em uma revista de Acesso Aberto, que está disponível gratuitamente na web e o autor paga uma taxa de publicação do artigo. Nesse modelo, é permitido que cópias do artigo também sejam arquivadas em outro lugar. As revistas de acesso aberto não cobram de leitores ou de bibliotecas, mas seu modelo econômico depende do pagamento de taxas pelo autor.

VIA DIAMANTE – *Diamond Road Open Access* – o autor publica o artigo em uma revista de Acesso Aberto e esse periódico não cobra taxas de autor. Essas revistas são mantidas por meio de trabalhos voluntários. São tipicamente aquelas revistas dirigidas por associações ou sociedades profissionais e organizações sem fins lucrativos, universidades ou agências governamentais. Seu modelo econômico depende de contribuições e doações de membros.

VIA HÍBRIDA – *Hybrid Road Open Access* – parcialmente financiadas por assinaturas, as revistas fornecem apenas acesso aberto para alguns artigos individuais para os quais os autores (ou patrocinador da pesquisa) pagaram uma taxa de publicação.

Cada via é uma metodologia que visa possibilitar a publicação de diferentes formas, para buscar atender as diversas necessidades dos autores e dos financiadores. No entanto, a via verde é a que facilita a publicação e o acesso, sendo assim, a disseminação do conhecimento científico, o que não quer dizer que não haja custos para produzir esse material, mas que esses custos são absorvidos pela comunidade científica e autoridades que ajudam a manter as revistas de acesso aberto funcionando.

“As publicações que cumprem a filosofia do acesso aberto fortalecem a democracia da informação, garantindo que futuras gerações possam inovar em diferentes aspectos sociais, tecnológicos-científicos, políticos, ambientais e humanos” (SILVEIRA; BENEDET; SILVA, 2020, p. 09).

Conforme Silveira, Santos e Bueno (2020), o grande fator que possibilitou o surgimento de periódicos em acesso aberto foi sem dúvida a Internet, as ferramentas oriundas da evolução das gerações da *Web* e, principalmente, a integração das pessoas em prol de uma ciência livre de barreiras financeiras, políticas, científicas ou tecnológicas.

Segundo Crossetti e Silva (2021, p. 01) a ciência aberta vem sendo muito debatida nos meios acadêmicos e científicos, bem como em agências de fomento e instituições governamentais, podendo ser definida como:

um termo guarda-chuva, que engloba diferentes significados, tipos de práticas e iniciativas, e envolve distintas perspectivas, pressupostos e implicações, em que estão incluídas desde a disponibilização gratuita dos resultados da pesquisa (acesso aberto) até a valorização e a participação direta de não cientistas e não especialistas no fazer ciência, tais como “leigos” e “amadores” - é conhecida como ciência cidadã.

A ciência aberta tem como proposta deixar todo o processo científico transparente, reutilizável e replicável, afetando a prática dos pesquisadores e, conseqüentemente, as práticas de editoração de periódicos (UFSC, 2020).

Nesse sentido, a ciência aberta tem como princípio essencial:

que o conhecimento científico deve ser livre para que outros possam colaborar e contribuir, em que dados de pesquisa, notas de laboratório e outros processos de pesquisa estejam disponíveis gratuitamente, podendo ser usados, reutilizados e distribuídos sem restrições legais, tecnológicas ou sociais. Ao se referir sobre dados de pesquisa, incluem-se todos os registros produzidos ao longo da pesquisa e que validam os seus resultados. Nesse sentido, incluem-se todas as formas de registro, desde produção textual, imagens, figuras, gráficos, tabelas, resultados de instrumento de coleta de dados, entrevistas, memorandos, entre outros. Entretanto, há casos ou razões específicas que não tornam possível o compartilhamento de dados, seja por questões de privacidade, de segurança, seja por restrições relativas à propriedade intelectual e ou condições legais (CROSSETTI; SILVA, 2021, p. 01).

Trata-se, portanto, de um fenômeno disruptivo que traz mudanças socioculturais e tecnológicas, baseadas na abertura e conectividade, na forma como a pesquisa é planejada, realizada, avaliada e comunicada. Ferramentas abertas de gestão de dados, plataformas de acesso aberto, métodos abertos de avaliação por pares ou atividades de engajamento público são tendências irreversíveis, que estão impactando todos os atores científicos e têm o potencial de acelerar o ciclo de pesquisa (SANTOS; CALÒ, 2020).

Andrade (2014) entende que a ciência aberta se constitui como um movimento social mais amplo de abertura da ciência.

Ela vai além da acessibilidade às publicações científicas resultantes das investigações com recursos públicos – foco do Acesso Livre. Envolve uma maior visibilidade e transparência nas metodologias desenvolvidas pelos pesquisadores no curso de suas pesquisas, nas estratégias e ferramentas de observação e de coleta de informações empíricas, bem como na comunicação dos dados em si, designadamente através da disponibilização online de bases de dados. A Ciência

Aberta quer estimular a produção colaborativa de dados para que a produção de conhecimento seja mais global, mais rápida e efetiva, e ainda com menores custos (ANDRADE, 2014, p. 48).

A ciência se abre como um todo, em todas as suas fases: a de colaboração entre autores, de produção do conhecimento, da etapa de avaliação, de publicação, a disseminação, o acesso e a avaliação da ciência. São todas as modalidades da comunicação científica que se abrem para uma ciência colaborativa, mais justa e funcional.

“A ciência aberta representa uma ruptura de padrões, não importa mais quem escreveu o quê, mas sim para quê, onde se aplica essa informação, e se ajudará a inovar ou propiciar algum tipo de benefício científico, econômico ou social” (FACHIN; SILVEIRA; ABADAN, 2020, p. 127).

O novo ecossistema da comunicação científica de práticas editoriais alinhadas com o movimento da ciência aberta proporciona a ampliação do acesso, a ética e a transparência na produção e publicação científica (SILVA; SILVEIRA, 2019).

Conforme Fachin, Silveira e Abadan (2020, p. 128) o ciclo de vida da produção científica “tem seguido uma visão de ciência colaborativa, transparente e aberta, prática advinda do movimento ciência aberta, influenciado por movimentos iniciados há mais tempo, como o de software livre e o acesso aberto”.

Os periódicos científicos são os principais instrumentos de divulgação da produção científica, viabilizando o desenvolvimento científico em todas as áreas do conhecimento. Os artigos científicos formam a essência dos periódicos, as demais publicações podem vir na forma de resenhas, relatos de experiência, informes científicos, notícias, entre outros formatos (FACHIN; HILLESHEIM, 2006; UEMG, 2019).

A principal função das revistas científicas é “o registro e a difusão do conhecimento científico existente, favorecendo a comunicação entre pesquisadores e as comunidades científicas e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento, atualização e avanços científicos” (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006, p. 171).

Fachin e Hillesheim (2006, p. 28) fizeram um levantamento histórico de conceitos de periódico científico, publicação periódica e publicação seriada encontrados na literatura, e formularam o seguinte conceito para periódico científico:

são todas ou quaisquer tipos de publicações editadas em números ou fascículos independentes, não importando a sua forma de edição, ou seja, seu suporte físico (papel, CD-rom, bits, eletrônico, on-line), mas que tenham um encadernamento sequencial e cronológico, sendo editadas, preferencialmente, em intervalos regulares, por tempo indeterminado, atendendo às normalizações básicas de controle bibliográfico. Trazem, ainda, a contribuição de vários autores, sob a direção de uma pessoa ou mais (editor) e de preferência uma entidade responsável (maior

credibilidade). Poderão, igualmente, tratar de assuntos diversos (âmbito geral) ou de ordem mais específica, cobrindo uma determinada área do conhecimento [...].

Considerando as definições conceituais apresentadas e as características do processo de disseminação do conhecimento científico, por meio dos periódicos, a Revista Ignis é o único canal de comunicação científica institucionalizado no CBMSC, e, enquanto periódico científico, está alinhada à política de acesso aberto, buscando adequar-se cada vez mais ao movimento da ciência aberta. Para tanto, tem o objetivo de constituir-se como um meio de comunicação para intercâmbio da produção científica produzida pelos bombeiros militares de todas as corporações do Brasil e de outros países.

2.2 GESTÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Essa seção foi estruturada com base no roteiro de procedimentos editoriais elaborado por Gruszynski, Golin e Castedo (2009) para gestão de periódicos científicos on-line, orientando-se por etapas a serem seguidas como o planejamento, o estabelecimento de fluxos de edição, bem como a definição de estratégias de circulação, visando a consolidação e a qualificação do periódico.

Cabe ressaltar que a atividade de gestão de periódicos científicos exige tempo, dedicação e profissionalismo, visto que, as demandas por serviços e ações especializadas tendem a crescer quando o periódico científico melhora sua qualidade (UFSC, 2021).

2.2.1 Planejamento Editorial

Planejar é a atividade com maior importância no gerenciamento de uma publicação científica. O planejamento otimiza todas as etapas do processo, além disso, é uma função fundamental para o funcionamento do fluxo editorial, propiciando a organização e a integração da equipe, e que sejam traçadas metas de trabalho (FACHIN; SILVEIRA; ABADAN, 2020).

Vilas Boas, Campos e Amaro (2021) analisaram os critérios formais de qualidade editorial com base na política de classificação de periódicos científicos pelo Qualis Periódicos e elaboraram uma listagem única relacionando os critérios mais cobrados por 18 áreas do conhecimento descrita no (Quadro 1). Segundo os autores, o cumprimento desses critérios ajuda a garantir a cientificidade dos conteúdos publicados.

Quadro 1 - Critérios formais de qualidade editorial mais cobrados por 18 áreas do conhecimento

Nº	CLASSIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS	UNIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS QUALIS
1	ISSN	Ter registro de ISSN
2	Corpo Editorial	Apresentar listagem com o nome de todos os membros do corpo editorial
3	Avaliação por pares	Ter processo de arbitragem por pares
4	Normas de Submissão	Apresentar normas de submissão
5	Bases de dados, indexadores e índices	Presença em ao menos 1 base de dados, nacional ou internacional, e que esteja disponível online
6	Cobertura temática	Informar cobertura temática
7	Corpo Editorial	Ter editor responsável
8	Cumprimento da periodicidade	A publicação dos fascículos deve ser pontual, de acordo com a periodicidade declarada
9	Informações gerais sobre política editorial	Indicar política editorial
10	Resumo	Apresentar resumo em português
11	Afiliação dos autores	Apresentar afiliação institucional dos autores
12	Indicação da periodicidade	Indicar periodicidade
13	Informações gerais sobre política editorial	Apresentar datas de submissão e aprovação do artigo
14	Palavras-chave	Apresentar palavras-chave em português
15	Resumo	Apresentar resumo em um segundo idioma, prioritariamente em inglês
16	Exogeneidade do corpo editorial	Corpo editorial composto por pesquisadores vinculados a diferentes instituições
17	Palavras-chave	Apresentar palavras-chave em um segundo idioma, prioritariamente em inglês
18	Afiliação dos membros do corpo editorial	Apresentar, por extenso, nome completo das instituições as quais os membros do corpo editorial são afiliados
19	Periodicidade mínima	A periodicidade mínima da revista deve ser semestral
20	Publicações de natureza acadêmica/científica	Conter publicações oriundas de pesquisa com caráter acadêmico/científico
21	Exogeneidade dos autores	Pelo menos 60% dos artigos devem ser de autores afiliados a instituições diferentes da responsável pela edição do periódico
22	Página web da revista	A revista deve ser eletrônica, com acesso online

Fonte: Vilas Boas, Campos e Amaro (2021)

O planejamento editorial é composto por elementos de gestão editorial, infraestrutura, serviços técnicos especializados e política editorial, sendo uma atividade com uma diversidade de problemas que nem sempre são de conhecimento dos editores, fazendo com que muitas publicações não alcancem níveis mínimos de qualidade do ponto de vista editorial. O atendimento aos critérios listados no Quadro 1 constitui-se como base para iniciar o planejamento editorial de uma revista. São elementos básicos que caracterizam um periódico como científico, atendendo as normas nacionais e internacionais.

2.2.1.1 Gestão Editorial

A gestão editorial do periódico contempla os agentes envolvidos no processo editorial e suas regras de avaliação. O estabelecimento de um corpo editorial necessita contar com uma estrutura mínima composta por um Editor-Chefe, Conselho Editorial (Conselho Consultivo), Corpo Editorial Científico, Conselho de Avaliadores (pareceristas *ad hoc*) e secretaria (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006; ANPAD, 2017).

O editor-chefe é o responsável pela manutenção da qualidade científica e por todo o processo editorial da revista (ANPAD, 2017). Segundo Packer (2014, p. 315), baseado na experiência com periódicos no Brasil indexados na base SciELO, os editores-chefes “além da condução das políticas e execução das funções editoriais de seleção de manuscritos e disseminação, assumem boa parte das funções administrativas e operacionais de publicação”. O mesmo autor, afirma que a atuação e a liderança dos editores são essenciais para o bom desempenho dos periódicos.

Mabe (2009) descreve o editor como sendo um especialista de uma área científica, ficando sob sua responsabilidade receber os artigos, julgar a sua relevância para a revista e designar os pares para revisão. Ademais, o editor deve possuir características pessoais como “discrição e idoneidade, desempenhando suas atividades com ética, agilidade administrativa e controle do tempo, executando a gestão do fluxo editorial científico, exercendo liderança junto à equipe editorial da instituição e da rede de colaboradores voluntários vinculados a outras instituições” (WERLANG, 2019, p. 46).

O Conselho Editorial é constituído de especialistas reconhecidos, que assumem a responsabilidade de tratar de “questões de política editorial da revista, tomando decisões coletivamente; não tem envolvimento com o conteúdo de qualquer fascículo ou artigo em

particular, mas com a coleção como um todo, estabelecendo as diretrizes gerais que a norteiam” (ANPAD, 2017, p. 03).

Conforme Trzesniak (2009) faz parte das atribuições do conselho editorial discutir, redigir e aprovar regras relativas à sua própria constituição; política editorial; missão da revista; escolha do editor geral; constituição do Corpo Editorial Científico; regulamento do periódico (o regulamento fixa a estrutura do periódico); critérios gerais para recusa e aceitação dos trabalhos; intercâmbio e a cooperação com outros periódicos; política de circulação e distribuição do periódico.

O Corpo Editorial Científico é integrado por especialistas distribuídos tanto em termos científicos, cobrindo todas as áreas de conhecimento a que o periódico se dedica, como geográficos, abrangendo regiões distintas do Brasil e de outros países. Os integrantes trabalham individualmente e têm envolvimento significativo com o conteúdo do periódico, preocupando-se com a uniformidade, continuidade, qualidade e rigor científico do que é publicado (ANPAD, 2017).

A diversidade de origem dos membros do Corpo Editorial Científico “é um elemento da maior importância para assegurar uma pluralidade de visão com respeito a modelos e teorias, evitando vieses monoculturais; pode, ainda, ajudar a aumentar o número de submissões ao periódico” (ANPAD, 2017, p. 13).

Já os avaliadores do periódico (também chamados de pareceristas, revisores, consultores *ad hoc* ou revisores *ad hoc*) são especialistas no conteúdo e/ou metodologia utilizados no artigo, responsáveis pelo processo de avaliação do manuscrito (ANPAD, 2017).

O trabalho de revisão é fundamental para a qualidade do periódico, cabe aos avaliadores a responsabilidade de contribuírem para a decisão editorial, recomendando que o artigo seja aceito sem correções, aceito com correções ou rejeitado. Devem também, atuar com pontualidade, confidencialidade e objetividade (TRZESNIAK, 2009).

Com relação a avaliação dos artigos, tem-se a avaliação pelos pares, *peer review* ou *referee system*, que são os procedimentos de avaliação adotados pelos periódicos. Via de regra, os artigos são encaminhados pelo editor para no mínimo dois avaliadores e caso ocorra discordância entre os pareceres, um terceiro é acionado. No sistema de avaliação *blind review* ou *single blind review*, também denominado avaliação fechada ou cega, o autor não conhece a identidade dos avaliadores, porém os revisores sabem quem é o autor do artigo. Na avaliação fechada ou cega em dobro, *double blind review*, é omitido os nomes dos autores e dos avaliadores, bem como de suas instituições. Já na avaliação aberta, *open peer review*, a identidade dos autores e avaliadores são conhecidas (PAVAN; STUMPF, 2009).

A avaliação no molde da ciência aberta visa a abertura do autor/avaliador/parecer, toda essa etapa pode ficar aberta, possibilitando receber pareceres de pesquisadores não convidados pelo periódico, comentários e avaliações de leitores, muito comum em algumas áreas de ciências exatas. Assim como os repositórios de *E-print*, que visam a abertura da pesquisa para o julgamento dos pares de forma espontânea, agregando conhecimento na versão para a publicação.

2.2.1.2 Política editorial

A política editorial das revistas científicas geralmente levam em conta os documentos de área da CAPES e os critérios para indexação em bases de dados relevantes para sua área de atuação. Visando à qualidade e os diferenciais da publicação, são questões essenciais para o bom andamento de uma revista científica:

o foco de interesse na área, a periodicidade, os tipos de trabalhos aceitos, o público alvo, as diretrizes para submissão, os idiomas permitidos, as normas de apresentação (como ABNT ou APA), as recomendações sobre ineditismo e exclusividade, as políticas para a avaliação das submissões, os direitos autorais, a indexação, dentre outros requisitos (WERLANG, 2019, p. 54).

A título de exemplo, temos a Portaria da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SEGEN/MJSP) nº 87, de 29 de Abril de 2021, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Revista do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Portal de Revistas do SUSP (BRASIL, 2021b), em seu Artigo nº 35, que relaciona as exigências para inclusão de periódicos no Portal. A documentação deve comprovar o título e subtítulo (se houver), título abreviado ou sigla, e que registre a Política Editorial do periódico, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) objetivos do periódico;
- b) área de concentração, com a maior especificidade possível;
- c) público-alvo;
- d) formas de apresentação dos trabalhos submetidos;
- e) critérios de avaliação estabelecidos;
- f) normas utilizadas como parâmetro para avaliação dos trabalhos publicados;
- g) regras de submissão das publicações;
- h) comissão editorial contendo a relação dos editores, com indicação da respectiva titulação, além do vínculo institucional e endereço eletrônico;
- i) equipe técnica;
- j) periodicidade dos veículos;
- k) quantidade mínima de publicações por fascículo;
- l) idiomas;
- m) indexadores contendo a lista da sequência de indexações; e
- n) política de acesso.

As diretrizes para os autores são orientações que garantem transparência ao processo de edição, explicando o modo de submissão dos artigos e a normalização utilizada pelo periódico (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2009).

A normalização consiste no cumprimento de normas prescritas pelo periódico. Tais normas, geralmente listadas nas diretrizes para autores como requisitos para submissão, visam manter o padrão estipulado pela revista e exigido pelas bases indexadoras (ALVES; GONÇALEZ, 2017).

Segundo Fachin e Hillesheim (2006) a principal entidade normalizadora de reconhecimento internacional é a *International Standardization Organization* (ISO) e no Brasil temos a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O Quadro 2 apresenta as inúmeras Normas Técnicas Brasileiras (NBR) relacionadas com periódicos científicos.

Quadro 2 - Números e títulos das normas técnicas da ABNT relacionadas com periódicos científicos

NÚMERO	TÍTULO
NBR 6021:2015	Informação e documentação - Publicação periódica técnica e/ou científica - Apresentação
NBR 6022:2018	Informação e documentação - Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica - Apresentação
NBR 6023:2018	Informação e documentação - Referências - elaboração
NBR 6024:2012	Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento - Apresentação
NBR 6025:2002	Informação e documentação - Revisão de originais e provas
NBR 6027:2012	Informação e documentação - Sumário - Apresentação
NBR 6028:2021	Informação e documentação - Resumo, resenha e recensão - Apresentação
NBR 6033:1989	Ordem alfabética
NBR 6034:2004	Informação e documentação - Índice - Apresentação
NBR 10520:2002	Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação
NBR 10525:2005	Informação e documentação - Número padrão internacional para publicação seriada - ISSN
NBR 10719:2015	Informação e documentação - Relatório técnico e/ou científico - Apresentação
NBR 12225:2004	Informação e documentação - Lombada - Apresentação
NBR 12676:1992	Métodos para análise de documentos - Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação - Procedimento
NBR 14724:2011	Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Fachin e Hillesheim (2006)

Segundo Alves e Gonzalez (2017, p. 127) a normalização dos artigos científicos acontece em duas etapas, sendo:

A primeira é relativa aos requisitos formais da apresentação física da publicação, quando se transfere o artigo para o *template* (modelo de formatação) da revista. Envolve as padronizações dos títulos, resumos, rodapés, cabeçalhos, texto, nome e titulação dos autores.

[...]

A segunda etapa se refere à normalização das citações no texto e as referências. A tarefa é conferir se as citações estão seguindo as normas da ABNT e se foram referenciadas. A normalização das referências visa criar vínculos eficientes entre os artigos novos e os antigos, aumentando as chances de os pesquisadores encontrarem assuntos que sejam relevantes para suas pesquisas.

As revistas científicas devem respeitar um número mínimo de publicações por volume e seguir uma estratégia de organização dos conteúdos, podendo ser por ordem alfabética, temática ou por data de aceite. Além de definir prazos para cada etapa do processo editorial (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2009).

Segundo Werlang (2019) a revista deve atender as necessidades de informação de seus leitores, publicando trabalhos inéditos, recentes e relevantes, além de incentivá-los a cadastrar-se no sistema para receber notificações de lançamento dos fascículos, criando assim um vínculo com a revista e, quem sabe, contribuir futuramente como autor.

As políticas editoriais são as diretrizes para a equipe editorial, autores, avaliadores e todos os envolvidos no processo de editoração, norteiam todo o processo de publicação, a fim de atender às normas e políticas nacionais e internacionais.

2.2.2 Fluxo editorial

A editoração científica demanda um número significativo de ações e que exigem cautela e responsabilidade dos envolvidos.

Segundo Gonçalves, Ramos e Castro (2006), para dar credibilidade ao processo de comunicação da ciência, a revista científica sustenta-se no princípio da validação do mérito e do método científico pela comunidade científica. No entanto, os autores afirmam que a avaliação da qualidade está presente em todo o fluxo de produção das revistas científicas.

No contexto do fluxo editorial há funções deliberativas, gestoras e executivas, sendo todas necessárias para garantir a transparência e a execução do processo editorial. O fluxo editorial de uma revista científica compreende, em linhas gerais, as seguintes etapas:

recebimento de trabalhos para publicação, pré-seleção dos trabalhos, seleção de revisores, encaminhamento e acompanhamento do processo de revisão por pares, contato com o (s) autor (es) sobre comentários dos revisores, aprovação ou rejeição para publicação, revisão do texto, revisão gráfica e publicação (GONÇALVES, RAMOS; CASTRO, 2006, p. 172).

Esse é o modelo tradicional do fluxo editorial; atualmente existe outro modelo para a publicação, o da ciência aberta – já descrito anteriormente – que visa a abertura total do fluxo. É um formato que ainda está em discussão pela comunidade científica, pois nem todos concordam com essa vertente.

Werlang (2019) relata uma falta de padrão das nomenclaturas das funções editoriais, tais como Editor Científico ou Editor-Chefe, para se referir apenas à principal função no fluxo editorial, e ressalta que independentemente do nome atribuído aos papéis que os indivíduos exercem no fluxo editorial e do sistema adotado para sua gestão, todos precisam estar capacitados para executar com qualidade as demandas que estão sob sua responsabilidade.

Existem diversos softwares que auxiliam a administrar todas as etapas do fluxo editorial. Na América Latina a plataforma mais utilizada é o *Open Journal Systems* (OJS), o único que é gratuito e de código fonte aberto. Esse sistema de editoração viabiliza o acompanhamento do fluxo de submissão, avaliação, edição de texto e publicação pela equipe editorial e autores. Além de uma ferramenta para controlar o fluxo editorial, o OJS também foi projetado para funcionar como *website* do periódico (FACHIN; SILVEIRA; ABADAN, 2020).

Para exemplificar de forma mais detalhada o fluxo editorial científico é apresentado no Quadro 3 as etapas de trabalho executadas desde a submissão dos artigos científicos até a sua divulgação.

Quadro 3 – Etapas de trabalho do fluxo editorial científico

1 - Revisão de Conformidade (DESK REVIEW)	Verifica a conformidade temática, metodológica e normativa da submissão
	Identificação de autoria / rastreador de plágio
2 - Revisão po pares (PEER REVIEW)	Escolher os avaliadores e enviar para avaliação
	Avaliação (<i>ad hoc</i>)
	Analisar os pareceres, decisão editorial, comunicar autores
3 - EDITORAÇÃO	Normalização
	Revisão de Idiomas
	Revisão de metadados
	Atribuição DOI
	Diagramação originais diversos formatos de publicação
	Fechamento do fascículo: paginação, capa, ficha catalográfica, expediente, sumário
	Editorial (redação e revisão)
	Indexação
Divulgação: imprensa especializada, web social, eventos, entre outros	

Fonte: Werlang (2019)

A edição de texto de cada número tem início com a avaliação pelos pares dos originais submetidos. Uma vez aceito um artigo para publicação, iniciam-se a revisão ortográfica e gramatical, bem como a normalização técnica das informações que devem constar em cada texto. As informações do fascículo devem ser revisadas e normalizadas quando já estiver decidido quantos e quais artigos entrarão naquele número (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2009).

A etapa de edição de layout começa na definição do projeto gráfico da publicação, no qual são propostos um diagrama para o periódico, a tipografia, os estilos para ilustrações (tabelas, quadros, fotos) e os recursos de produção a serem utilizados. Trata-se de um conjunto de características que proporcionam a unidade visual da coleção (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2009).

Ao diagnosticar a situação das atividades editoriais dos periódicos brasileiros analisados, Packer (2014) colocou a gestão do fluxo editorial como principal tarefa, em detrimento de outras atividades de editoração, publicação e disseminação. Para fortalecer esta afirmação, o autor citou que há poucas práticas de marketing para autores e leitores, e, pouco incentivo para a inovação. A causa desta situação seria o pouco tempo disponível por parte dos editores-chefe e a escassez de recursos humanos e financeiros para se inovar o processo de gestão editorial.

É no fluxo editorial que se aplica todas as normas e diretrizes da revista, sendo assim, todo esse processo demanda tempo e muito trabalho para que um único volume seja publicado; de todos os fazeres da publicação da comunicação científica, portanto, é a etapa mais demorada e custosa do processo.

2.2.3 Circulação e visibilidade

A circulação e a visibilidade são quesitos estratégicos para a consolidação de um periódico, sendo decisivos a definição de sua regularidade, distribuição e difusão. Além de contemplar indicadores que colaboram e medem o impacto e alcance da publicação (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2009). Atualmente, alguns desses indicadores avaliam a visibilidade das publicações nas redes sociais, canais informais da publicação científica.

De acordo com Gruszynski, Golin e Castedo (2009) as revistas científicas devem adotar uma periodicidade possível de ser mantida ao longo do tempo, além do que, regularidade é um fator importante e exigido por bases indexadoras e foco de avaliação dos órgãos reguladores.

Os indexadores são bases de dados ou diretórios nacionais ou internacionais que abrigam os periódicos, fornecendo informações sobre os periódicos e os textos publicados. Além disso, os indexadores geram um indicador bibliométrico (indicador de produção, citação e/ou colaboração). *Web of Science*, *Scopus* e SciELO são exemplos de indexadores multidisciplinares. Cada área de pesquisa apresenta indexadores próprios, os quais também possuem exigências distintas, cabendo ao editor pesquisar quais os indexadores que se encaixa a revista e quais são suas exigências, que normalmente abrangem periodicidade, conselhos, processos avaliadores e a caracterização do periódico científico (UEMG, 2019).

A visibilidade dos periódicos depende da capacidade de serem acessados em bases de dados através de mecanismos de busca e indexação, os metadados e sistemas interoperáveis são importantes nesse processo (RIOS, 2018).

Os metadados são dados que descrevem as informações sobre cada recurso digital, auxiliando na visibilidade dos artigos científicos para a obtenção das informações sobre a publicação nos sistemas de buscas dos metabuscadores. Esse recurso tem a função de facilitar a recuperação de informações eletrônicas, fornecendo meios de identificação e organização, e tornando possível a associação de fontes diferenciadas e heterogêneas. No entanto, só fornecer os metadados não é garantia de sucesso, ou seja, os dados transmitidos precisarão estar corretos, acessíveis no momento necessário, de forma completa e no formato certo (BENTANCOURT; ROCHA, 2012).

Segundo Bentancourt e Rocha (2012) a qualidade dos metadados de um periódico envolve um universo de decisões táticas envolvidas, entre elas, estão escolhas que incluem:

padrões de interoperabilidade (como o protocolo OAI-PMH) e de representação dos metadados (como o padrão *Dublin Core*). No caso do *Dublin Core*, ainda há que qualificá-lo, ou seja, definir o perfil de aplicação mais adequado, com decisões embasadas em conhecimento dos procedimentos do *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI) e de meios de assegurar a qualidade dos metadados, entre outras (BENTANCOURT; ROCHA, 2012, p. 84).

A indexação de uma revista científica significa o seu cadastramento em uma fonte de informação, que pode ser uma base de dados, a partir de critérios específicos de seleção dos documentos definidos pelas fontes indexadoras. Cabe à Comissão Editorial a busca de bases de indexação com vistas à qualificação da publicação (UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO, 2021). Muitas vezes, esses critérios, apresentam-se como barreiras para os editores de periódicos científicos, principalmente pelo grande número de indexadores existentes e pela variedade de critérios estabelecidos (RIOS, 2018).

As bases de dados, os diretórios e os portais também servem como repositórios da memória do conhecimento científico e ferramentas de apoio educacional (RIOS, 2018).

Segundo Fachin, Silveira e Abadan (2020) alguns indexadores levam em torno de dois a três anos para revisar uma nova candidatura de submissão, desta forma, a solicitação formal de indexação só deve ser realizada quando a revista estiver atendendo a todos os indicadores de qualidade e exigências requeridos pela base.

Existem inúmeros indexadores, diretórios, redes, que viabilizam a disseminação, padronização e visibilidade das revistas em acesso aberto:

Diadorim - Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras – IBICT - Brasil; Directory of Research Journals Indexing - Índia; DOAJ - Directory of Open Access Journals; EZB Electronic Journals Library - Alemanha; Genamics JournalSeek - OCLC WorldCat - Estados Unidos; Google Scholar - Estados Unidos; La Criée: Periodiques en ligne - França; Latindex - México; LivRe! - Brasil; OAJI.Net - Rússia; PKP - Canadá; RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal; Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; REDIB - Red IberoAmericana de Innovación y Conocimiento Científico – Espanha; ULRICH'S Web - Estados Unidos; AmeliCA - Conocimiento Abierto para América Latina y el Sur Global, PKP Index (FACHIN; SILVEIRA; ABADAN, 2020).

As estratégias de divulgação científica dos periódicos também podem ser realizadas na página e/ou blog do portal e/ou em redes sociais, como *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*. No entanto, para não perderem seu valor e sua presença digital, as redes sociais precisam ser alimentadas com regularidade e para cada rede, precisa criar materiais específicos para os usuários desta rede (SILVEIRA; SANTOS; BUENO, 2020).

Uma estratégia utilizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi a divulgação de *press-release* de nova edição, através da publicação de uma breve descrição da contribuição do artigo realizada pelo autor no site do portal, que funciona como um blog, e posteriormente nas redes sociais e site de comunicação da Universidade (SILVEIRA; SANTOS; BUENO, 2020). Um exemplo disso é a revista *Encontros Bibli* da UFSC que utiliza esse recurso através de vídeo, artigo em um minuto, sendo que o vídeo fica disponível na página da revista e também é utilizado como meio de divulgação nas redes sociais. Outro exemplo é o SciELO em perspectiva, um canal que publiciza as temáticas mais emergentes no formato de uma publicação resumida, a edição é mensal e o canal conta com um grupo de pesquisadores convidados que promovem a reflexão e divulgação dessas temáticas.

Enfim, a *web* permite uma diversidade de possibilidades para a circulação e visibilidade de um periódico. Para tanto, o periódico precisa criar o serviço, definir diretrizes e funções e, fazer com que essa prática passe a ser regular, independente da mudança da equipe editorial, pois a ideia é criar canais que deem aos leitores o acesso a um material diferenciado, mas que ainda trate da comunicação científica.

2.2.4 Estatística, Tecnologia e Segurança

Segundo Fachin, Silveira e Abadan (2020, p. 142-143) “as ferramentas para rastrear, mapear o acesso e tráfego de visitas na página do periódico são úteis para a editoração científica, principalmente para reconhecer qual o retorno social e os comportamentos de uso de determinado periódico ou artigo”.

Os indicadores bibliométricos geralmente estão vinculados às bases indexadoras que possuem recursos para a geração desses dados. Esses indicadores avaliam os acessos e as citações dos artigos do periódico, atribuindo um valor estatístico aos trabalhos publicados, servindo como um indicador de mensuração de produção dos artigos a partir do maior número de acessos e citações (GONÇALVES; RAMOS; CASTRO, 2006).

Silveira, Santos e Bueno (2020), orientam a implementação do uso do *Google Analytics* e do *Counter* do OJS para mensuração das estatísticas do portal no qual está hospedado o periódico, possibilitando o acesso a muitas estatísticas, que são interessantes para o conhecimento dos leitores, editores e autores, tais como: artigos mais acessados, quantidade de downloads, países que visitam o portal, perfil do usuário, etc. Os autores alertam que novas tecnologias surgem o tempo todo e que os gestores precisam estar atentos às novas soluções.

Segundo Fachin, Silveira e Abadan (2020) essas ferramentas são alternativas ao tradicional fator de impacto, contribuindo na gestão do periódico e evidenciando que a citação não é o único recurso para mensurar a relevância da revista. Os mesmos autores destacam outros instrumentos: *Clustermap*, *Google Scholar Metrics*, *Google Acadêmico*, *Google Studio*, *Publish or Perish* e o sistema *lexiurl*.

Outro aspecto importante são as redes de preservação digital, que constituem o principal serviço de tecnologia e segurança que podem ser adotadas por portais de periódicos científicos. Esse serviço promove segurança dos dados e garante acesso continuado a longo prazo, evitando que nada seja perdido caso aconteça algum desastre natural, acidental ou tecnológico. Um exemplo de rede de preservação digital no Brasil é a Rede Cariniana, de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A lógica desse sistema é a distribuição de dados descentralizada em diferentes instituições parceiras de forma estratégica para a longevidade dos documentos digitais, sendo uma garantia de qualidade mínima a ser oferecida aos autores e leitores (SILVEIRA; SANTOS; BUENO, 2020).

Silveira, Santos, e Bueno (2020) pontuam que outro item de qualidade e de segurança é a realização de no mínimo uma atualização do sistema de editoração adotado por ano, além de ser uma boa prática colocar o sistema em um *DataCenter* e fazer *backup* diário.

Todas essas ferramentas têm como intuito auxiliar na sistematização e organização das funções editoriais, contemplando as normas e padrões éticos da boa prática e conduta em uma publicação científica. Seja qual for a ferramenta definida para ser utilizada será necessário constante acompanhamento e dedicação por parte da equipe (FACHIN; SILVEIRA; ABADAN, 2020).

Dessa forma, Fachin, Silveira e Abadan (2020) enfatizam que qualquer sistema está destinado a fracassar caso os usuários desconheçam os seus recursos disponíveis, e com isso não administram sua efetiva aplicação. Sendo assim, é de suma importância que sejam desenvolvidas ações em colaboração com a equipe editorial a fim de desempenhar um prévio planejamento, seleção, organização e decisão sobre qual ferramenta é a mais adequada para o contexto.

2.3 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE BOMBEIRO

No Brasil, conforme levantamento feito na pesquisa, foram encontradas três revistas científicas relacionadas a temáticas de bombeiro, quais sejam: Revista *Flammae* do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), Revista *Vigiles* do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) e Revista *Ignis* do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), objeto de estudo desta monografia.

A Revista *FLAMMAE* é uma publicação oficial do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, sob os ISSN 2359-4837 (online) e ISSN 2359-4829 (impresso), instituída para a divulgação de pesquisas e estudos, sobretudo, nas áreas de Tecnologia de Combate a Incêndio, Gestão de Riscos e Emergência, Gestão da Segurança Contra Incêndio, Atendimento Pré-hospitalar, Busca e Resgate, Educação Corporativa, Defesa Civil, Comportamento de Estruturas em Situação de Incêndio, e Segurança Pública. O periódico está catalogado na coleção da Rede Iberoamericana de Inovação e Conhecimento Científico (REDIB), como também no Sistema Internacional *Crossref* e Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (Latindex). Em âmbito nacional está no Portal de Periódicos CAPES, Sumários de Revistas Brasileiras (sumários.org) e Revistas de Livre Acesso (LivRe) (CBMPE, 2021).

Já a Revista Vigiles é uma publicação oficial do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, sob o ISSN 2595-4229 (versão impressa). A revista é um veículo de divulgação de produção técnico científica de trabalhos que apresentem discussões sobre rotinas e desenvolvimento tecnológico, estratégico, logístico e administrativo dos órgãos de Defesa Civil, Defesa Social e Segurança Pública. O periódico está presente nos sistemas de busca e indexação Sumários.org, Latindex, LivRe e Crossref (CBMMG, 2021).

Recentemente foi criado o Portal de Revistas do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), uma plataforma que busca disseminar o conhecimento científico e tem como objetivo reunir e disponibilizar, em um único ambiente, os periódicos científicos eletrônicos, em acesso aberto, vinculados e editados pelas instituições de segurança pública do país. O SUSP tem como órgão central o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e é integrado pelas polícias Federal, Rodoviária Federal, Civis, Militares, Força Nacional de Segurança Pública e Corpos de Bombeiros Militares (BRASIL, 2021b).

Entretanto, as publicações especializadas na área de bombeiro no Brasil ainda são incipientes, havendo a necessidade de ampliação dos canais para divulgação do que é produzido durante os cursos de formação e aperfeiçoamento destes profissionais. Em algumas unidades da Federação, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) produzidos nos cursos dos Corpos de Bombeiros, não ficam nem disponíveis para acesso online. Os trabalhos poderiam ser publicados em periódicos em forma de artigos, ampliando a visibilidade e proporcionando a troca de experiências entre os interessados pela temática.

As publicações na área abrangem temáticas e sub temáticas que trabalham com linhas de conhecimento de outras áreas, como Ciências Sociais Aplicadas, Educação, Saúde, Cultura Institucional e Estudos Jurídicos. Por este motivo as publicações dos cursos dos Corpos de Bombeiros são relevantes, pertinentes e necessárias, não só para o aperfeiçoamento dos profissionais, mas para o acesso de toda comunidade, nacional e internacional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a natureza do problema, a pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa, “não parte necessariamente de um modelo teórico da questão que está estudando e evita hipóteses e operacionalização”. Portanto não evidencia mensuração ou padronização, tampouco em representatividade por amostragem (FLICK, 2013, p. 23)

Do ponto de vista dos objetivos, é uma pesquisa exploratória e descritiva e quanto aos procedimentos técnicos se caracteriza como sendo bibliográfica e documental.

Para Severino (2007, p. 123), a pesquisa exploratória busca realizar levantamento sobre informações do objeto de estudo “mapeando condições de manifestação desse objeto”. Segundo Otani e Fialho (2011) é o momento de se familiarizar com a temática a ser abordada.

Já Barros e Lehefeld (2013, p. 84) afirmam que pesquisas descritivas buscam “descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos”, e assim descrevê-los, o que engloba a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de outras pesquisas, sejam livros, artigos de periódicos, anais de eventos, teses, etc. Parte de argumentações teóricas já trabalhadas e amplamente divulgadas por pesquisadores (SEVERINO, 2007). Barros e Lehefeld (2013, p. 85), complementam que é necessário que “o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagem já trabalhados por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados”. A pesquisa documental, por fim, faz uso de documentos, registros, relatórios, legislação, dentre outros materiais informativos e sistematizados que complementam e subsidiam a apreensão de um objeto ou fenômeno de pesquisa.

Esta pesquisa foi realizada em três etapas, a fim de atender aos objetivos específicos, sendo: a) análise de literatura e de documentos para o estabelecimento da fundamentação teórica; b) apresentação da situação atual da revista Ignis; e, c) proposição de uma sugestão de gestão da revista com base em boas práticas para periódicos científicos.

Para atender aos objetivos da análise de literatura foi feita a seleção das bases de dados, aplicada as estratégias de buscas, bem como seus descritores, que teve como finalidade selecionar as fontes de informação para compor o *corpus* da fundamentação teórica, cumprindo assim a etapa da pesquisa bibliográfica.

Os dados foram extraídos nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (OASISBR); Google Acadêmico; Scientific Electronic Library Online (SciELO), bem como a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), pois observou-se que a temática é amplamente estudada na área da Ciência da Informação. Como o estudo apresentou conceituação e estabelecimento de questões referentes à gestão editorial e seu fluxo, não houve delimitação cronológica.

Quanto a estratégia de busca e seus descritores, para identificar as informações de interesse do tema, foi realizada busca com as seguintes palavras-chave: revista científica, periódico científico, gestão editorial, fluxo editorial e boas práticas em periódicos.

A partir da definição do aporte teórico e da análise da situação da revista Ignis, passou-se para a etapa da apresentação do planejamento da revista, que teve como aporte os trabalhos apresentados para fundamentar a pesquisa e estudos de boas práticas em periódicos científicos.

4 DIAGNÓSTICO DA ATUAL SITUAÇÃO DA REVISTA IGNIS

A Revista Ignis foi criada com o objetivo de incentivar e divulgar a produção científica relacionada à atividade de bombeiro produzida nos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização do CBMSC e das demais corporações das outras unidades da federação, abrangendo também trabalhos realizados fora da esfera militar com assuntos relacionados a temática da revista.

4.1 ESCOLA DE GOVERNO DO CBMSC

As escolas de governo são instituições criadas com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a profissionalização de agentes públicos, visando ao fortalecimento e à ampliação da capacidade de execução do Estado, tendo em vista a implantação, a execução e a avaliação das políticas públicas (BRASIL, 2016).

O termo Escola de Governo consta na Constituição Federal de 1998, Emenda Constitucional nº 19, Artigo 39, parágrafo 2º:

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados (BRASIL, 1988).

Na busca pelo aprimoramento da atividade de ensino, a corporação se preparou e solicitou ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) o credenciamento de sua Escola de Governo (EGov) para ofertar cursos de pós-graduação *Lato Sensu* (especialização).

O credenciamento da EGov do CBMSC para ofertar cursos de pós-graduação *Lato Sensu* foi autorizado por meio do Parecer CEE/SC nº 294 de 2014 e da Resolução CEE/SC nº 237 de 2014, homologados pelo Decreto Estadual nº 2.427 e publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC) nº 19.925 de 17 de outubro de 2014. A renovação do credenciamento aconteceu em 2018, através do Parecer CEE/SC nº 253 de 2017 e Resolução CEE/SC nº 98 de 2017, homologados pelo Decreto Estadual nº 1.576, publicado no DOE/SC nº 20.750, de 17 de abril de 2018.

Atualmente, a EGov do CBMSC possui autorização para ofertar dois cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, sendo o Curso de Especialização em Gestão de Riscos e Eventos Críticos e o Curso de Especialização em Gestão de Investigação de Incêndio e Explosão – Perícia.

Dentre os instrumentos de avaliação da EGov por parte do CEE/SC, a iniciação científica, bem como o fomento à produção científica de seus docentes e discentes são itens exigidos. Sendo assim, a revista é considerada uma ferramenta importante da EGov do CBMSC.

4.2 HISTÓRICO E ATUAL SITUAÇÃO DA REVISTA IGNIS

O planejamento da revista técnico científica do CBMSC iniciou no mesmo período em que foi solicitado o credenciamento da EGov do CBMSC, no ano de 2014. Sendo concebida conforme a filosofia do acesso aberto, baseado na divulgação gratuita da produção científica relacionada à atividade de bombeiro, produzida nos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização do CBMSC e das demais corporações das outras unidades da federação (CBMSC, 2020).

As bibliotecárias contratadas pelo CBMSC se aperfeiçoaram no gerenciamento, editoração e desenvolvimento de publicações científicas e apresentaram um protótipo da revista no início do ano de 2015 (CBMSC, 2020). A Portaria do Comando Geral nº 117, de 13 de março de 2015, criou formalmente a revista e nomeou a sua primeira comissão editorial, sendo que essa portaria ainda se encontra em vigor (CBMSC, 2015).

A revista foi denominada “Ignis: Revista Técnico Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina”, com sua primeira edição publicada no primeiro semestre de 2016. A escolha do nome da revista se deu por meio de concurso junto aos Cadetes no ano de 2015 (CBMSC, 2020).

O nome da Revista Ignis foi consultado, em 2021, no portal da *International Standard Serial Number* (ISSN), sigla em inglês para Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas. O ISSN é o código aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada. Esse número é único e exclusivo do título da publicação ao qual foi atribuído. Além disso, ele é uma exigência das base de dados para indexação de revistas científicas (ISSN, 2021). Foi verificado que existem onze registros, em sete países, de revistas com o mesmo título, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 - Revistas com o nome Ignis registradas no portal da *International Standard Serial Number* (ISSN)

NOME DA REVISTA	PAÍS	ISSN
IGNIS-Journal	Alemanha	0941-3782
Ignis (Florianópolis)	Brasil	2525-6262
Ignis (Caçador)	Brasil	2316-1221
Ignis Fatuus	Bulgária	1312-9260
Ignis (Parroquia Maria Reina)	Colômbia	0123-384X
Ignis (Corporación Unificada Nacional de Educación Superior. En línea)	Colômbia	2711-029X
Ignis (Corporación Unificada Nacional de Educación Superior)	Colômbia	2011-9070
Periculum ignis (Magyar kiad.)	Hungria	1786-5557
Periculum ignis (Ed. española)	Hungria	1785-8283
Ignis (Oslo)	Noruega	1500-3434
Ignis	Suécia	0019-1698

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

No Brasil foi identificado dois registros, a Ignis: Periódico Científico de Arquitetura e Urbanismo, Engenharias e Tecnologia da Informação, vinculada a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e a Ignis: Revista Técnico científica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, vinculada a EGov do CBMSC. Cabe esclarecer que apesar das revistas possuírem o mesmo título, não há implicações porque os subtítulos são diferentes e tratam de assuntos distintos.

As temáticas de interesse da Revista Ignis têm como base as Instruções Gerais para Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito do CBMSC (IG 40-01-BM) e seguem duas áreas de concentração, Atividade Operacional BM e Atividade Organizacional BM, e suas respectivas linhas de pesquisa:

I - Atividade Operacional BM – estudo, análise e solução de problemas operacionais:

a) Linha - Salvamento: estuda a direção, o preparo e o emprego da força terrestre em situações de emergência. Engloba os temas Salvamento Aquático, Salvamento Subaquático, Salvamento em Altura, Atendimento Pré-hospitalar, Resgate Veicular, Busca Terrestre, Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas, Deslizamentos, Produtos Perigosos, Busca e Resgate em Espaços Confinados e Cinotecnia;

b) Linha - Combate a Incêndio: estuda a direção, o preparo e emprego de técnicas e investigação em caso de sinistros em espaços confinados, florestal e em ambientes especiais. Engloba os temas: Combate a Incêndio Estrutural, Combate a Incêndio Florestal, Combate a Incêndio Especiais e Perícia;

c) Linha - Prevenção: estuda a direção, o preparo e o emprego de ações preventivas contra incêndio, pânico, acidentes domésticos e emergências terrestres e aquáticas.

Engloba os temas: Atividade Técnica do Bombeiro em Segurança Contra Incêndio, Educação Preventiva nas Atividades Operacionais;

d) Linha - Tecnologia na Atividade BM: estuda a direção, o preparo e uso de tecnologias, equipamentos e materiais. Engloba os temas: Tecnologia da informação e comunicação; Sistema de Informática Aplicada e Telecomunicações; Equipamentos Motomecanizados, eletrônicos e novas tecnologias; Equipamentos de Proteção Individual; Equipamentos e materiais em emprego nas atividades operacionais; Armamento e Tiro; e Condução de Veículo de Emergência; e

e) Linha - Proteção Civil: estuda a administração de desastres quanto às fases de prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução. Engloba os temas: Defesa Civil, SCO, Gestão de Riscos e Desastres em eventos críticos.

II – Atividade Organizacional BM – estudo, análise e solução de problemas nas rotinas organizacionais e desenvolvimento de estratégias corporativas:

a) Linha - Conhecimento Sociais Aplicados: estuda o planejamento, processos e rotinas organizacionais. Engloba os temas: Chefia e Liderança, Teorias da Administração, Sistemas de Recursos Humanos, Gestão de Mobilização e Logística, Administração Financeira, Planejamento e Orçamento Público, Comando e Estado Maior;

b) Linha - Educação: investiga os problemas relacionados à área ensino e instrução, com objetivo de melhorar o capital intelectual e inteligência corporativa. Engloba os temas: Técnicas de ensino, Gestão de Projetos Sociais, Educação e formação inicial e continuada, Educação à distância, Educação profissional, Ensino militar;

c) Linha - Saúde: estuda a preparação e preservação da vida, integridade física e saúde do profissional bombeiro militar e seu ambiente. Engloba os temas: (EFM), Gerenciamento de Estresse, Psicologia Organizacional, Saúde e Segurança no Trabalho;

d) Linha - Cultura Institucional: estuda os processos construídos por sistemas de crenças, valores, comunicação, regras de comportamento social e procedimentos administrativos e operacionais da organização. Engloba os temas: Ética e Cidadania; Relações Públicas; História do BM, Correspondência Militar; Cerimonial, Etiqueta e Protocolo Militar; Legislação e Regulamento, Ordem Unida; Sistema de Segurança Pública; Comunicação Social e Oratória; e

e) Linha - Estudos Jurídicos: estuda os aspectos, desempenho e procedimentos das atividades jurídicas na corporação e preservação da ordem pública. Engloba os temas: Direito Penal Militar, Direito Penal e Processual Militar, Direito Constitucional e Administrativo Aplicado, Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Legislação e Procedimentos Administrativos (CBMSC, 2014, grifo nosso).

O número inaugural da revista, v. 1 n. 1 (2016), contou com onze artigos (APÊNDICE A) de autores convidados, na sua maioria resultantes do Curso de Extensão Universitária em Perícia em Incêndio e Explosão, realizado no ano de 2015, em uma parceria do Centro de Ensino e a Diretoria de Atividades Técnicas do CBMSC.

Em 2016, após a publicação da primeira edição da revista, foi solicitado o *International Standard Serial Number* (ISSN) ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O número atribuído foi ISSN 2525-6262 (CBMSC, 2020).

Conforme a tabela do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quanto à área do conhecimento, a revista está classificada em 9.00.00.00-5 Outros; 9.03.00.00-9 Carreira Militar (CBMSC, 2020).

A segunda edição da Revista Ignis, v. 1 n. 2 (2016), foi uma edição especial com os Anais do XVI Seminário Nacional de Bombeiros (SENABOM). O evento foi realizado em Florianópolis no ano de 2016 e organizado pelo CBMSC em comemoração aos 90 anos de criação da corporação. Os quinze artigos científicos desta edição (APÊNDICE B) foram submetidos à avaliação por meio da plataforma da Revista Ignis. Os trabalhos publicados abordam temas relativos aos quatro eixos temáticos definidos pela Comissão Científica do XVI SENABOM: 1. Ciência e Tecnologia em Combate a Incêndios, 2. Ciência e Tecnologia em Busca, Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar; 3. Ciência e Tecnologia em Prevenção de Incêndios e Perícia e 4. Educação, Legislação e Inovações tecnológicas.

Os autores da segunda edição são vinculados a Universidade de Coimbra/Portugal e aos Corpos de Bombeiros Militar do Amapá (CBMAP), Rio de Janeiro (CBMERJ), Paraná (CBMPMR), Minas Gerais (CBMMG), Alagoas (CBMAL), Santa Catarina (CBMSC), Pará (CBMPA) e Distrito Federal (CBMDF).

No ano de 2017 foi realizado o pedido de indexação da Revista nas seguintes bases: Google Acadêmico, Latindex, LiVre: revistas de livre acesso; as bases DOAJ (Diretório de revistas eletrônicas de acesso aberto) e SciELO foram descartadas porque a revista não atendia aos critérios básicos exigidos. O processo foi recusado por conta, na época, da instabilidade quanto ao acesso à plataforma da publicação. A análise dos critérios por parte dos indexadores é por meio da *web* e quando houve a tentativa de coleta não foi possível o acesso (CBMSC, 2020).

A tentativa de indexação da revista nos serviços do *Google* também não obteve êxito. Além das dificuldades encontradas nas tentativas de indexação, outra problemática foi a revista ter sido hackeada algumas vezes (CBMSC, 2020).

No volume de 2017 (v. 2 n. 1) foram publicados 14 artigos científicos (APÊNDICE C). Em 2018 foram publicadas duas edições (v. 3 n. 1 e v. 3 n. 2), sendo publicados onze artigos científicos (APÊNDICE D). Em 2019 (v. 4 n. 1) foram publicados sete artigos científicos e dois relatos de experiência (APÊNDICE E).

Na sétima edição da revista (2020) iniciou-se o sistema de edição com o regime de publicação em fluxo contínuo; resumidamente, uma vez que o artigo é submetido, aprovado e editorado, ele é publicado automaticamente, sem a necessidade de aguardar um grupo de textos para fechar uma edição (CBMSC, 2020). Nesta edição (v. 5 n. 1) foram publicados oito artigos científicos (APÊNDICE F).

Desde a sua criação a revista teve sete edições, totalizando 68 publicações, conforme o Quadro 5. Quanto ao tipo de trabalho, 95,5% são artigos científicos e 4,4% relatos de experiência (CBMSC, 2020).

Quadro 5 - Quantidade de publicações na Revista Ignis distribuídas por Edição/Ano

Edição/Ano	Quantidade de publicações
v. 1 n. 1 (2016)	11
v. 1 n. 2 (2016)	15
v. 2 n. 1 (2017)	14
v. 3 n. 1 (2018)	6
v. 3 n. 2 (2018)	5
v. 4 n. 1 (2019)	9
v. 5 n. 1 (2020)	8
Total	68

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Nos anos de 2018, 2019 e 2020 a plataforma da revista apresentou vários problemas técnicos, ficando offline por alguns períodos, refletindo na submissão e na publicação de artigos e relatos de experiência (CBMSC, 2020).

A maior parte dos trabalhos publicados tem origem no CBMSC com 75%. Os outros 25% foram publicações das seguintes instituições: CBMAL, CBMAP, CBMDF, CBMMG, CBMPA, CBPMPR, CBMRJ, CBMTO (Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins), Universidade de Coimbra/Portugal, Univille, entre outros. Quanto às linhas de pesquisa, a área de combate a incêndio é a que mais teve artigos publicados (CBMSC, 2020).

O software escolhido para gerenciar a revista foi o *Open Journal System* (OJS), distribuído e recomendado pelo IBICT para publicações científicas em meio digital. Esta ferramenta é um software livre, requisito essencial para uso na corporação (CBMSC, 2020).

A instalação do sistema OJS foi realizada pela equipe da Divisão de Tecnologia e Informação (DiTI) do CBMSC em um servidor próprio da corporação. Feita a instalação, toda a customização e desenvolvimento foi realizada pela equipe de bibliotecárias (CBMSC, 2020).

Logo após o lançamento da revista o sistema começou a apresentar problemas técnicos no gerenciamento do fluxo editorial e o problema persistiu sem ser resolvido. Em 2018 e 2019 a revista foi hackeada, sendo perdido todo conteúdo já publicado, acessos e cadastros de

autores, editores e leitores. A revista teve que ser reinstalada, customizada e desenvolvida novamente (CBMSC, 2020).

Devido às perdas de informações e recorrentes reinstalação do sistema, a integridade dos dados foram prejudicados o que impede a verificação dos indicadores de informações que contribuem para o fator de impacto, tais como: citações, referências, número total de artigos submetidos, números rejeitados, autores cadastrados, avaliadores cadastrados (CBMSC, 2020).

O fluxo de publicações e as edições da revista nos anos de 2019 e 2020 foram prejudicados por conta de problemas na instalação do OJS e no servidor onde ele está hospedado, a necessidade de aprendizado dos novos recursos da última versão do software instalado, e o desenvolvimento/recuperação da revista (CBMSC, 2020), não tendo sido resolvidos ainda até o presente momento em 2021.

Em virtude dos problemas relatados foi criado no ano de 2021 uma comissão, na corporação, para tratar de assuntos relativos à revista. Atualmente uma Diretriz Administrativa que trata do funcionamento da revista encontra-se em fase final de elaboração, e também, a contratação de uma empresa para realizar o serviço de migração de dados entre versões do software OJS, incluindo hospedagem, manutenção e suporte técnico. A empresa irá corresponsabilizar-se com o CBMSC, nos termos contratuais, pelo armazenamento, sustentabilidade, segurança e preservação do portal de periódicos da revista, assegurando a manutenção dos dados, a realização de backups e a atualização sempre que surgir uma nova versão do sistema.

5 REQUISITOS PARA BOAS PRÁTICAS DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

A internet possibilitou um alcance maior das informações científicas, visto que o acesso dos pesquisadores aos seus temas é mais veloz e o resultado de suas pesquisas é divulgado com agilidade. Diante dessa velocidade na produção e divulgação do conhecimento, se faz necessário, a adoção de boas práticas na publicação científica.

O Manual de Boas Práticas da Publicação Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), conceitua boas práticas como sendo:

um conjunto de critérios e orientações a respeito da publicação científica e dos papéis dos principais atores envolvidos no processo, tanto sob o ponto de vista ético quanto do operacional. A adoção dessas Boas Práticas na gestão de periódicos científicos, com certeza, contribuirá fortemente para a consolidação dessas duas áreas como campos de conhecimento científico (ANPAD, 2017, p. 2).

O referido manual (ANPAD, 2017) recomenda a adoção de preceitos de política de divulgação, de qualidade e de conduta ética no contexto das boas práticas de publicação científica. Tais preceitos são embasados na transparência, agilidade, acesso aberto, originalidade, ética na publicação, padronização de informação, multiplicidade institucional e autoral e conflitos de interesses, conforme descrito no Quadro 6.

Quadro 6 - Recomendações de boas práticas editoriais científicas

PRECEITOS DE BOAS PRÁTICAS	RECOMENDAÇÕES
Transparência	<p>- Recomenda-se a utilização de um sistema de gerenciamento eletrônico para o processo editorial, o que assegura sua padronização, uniformidade, agilidade, transparência e rastreabilidade;</p> <p>- Inclusão, na página inicial de cada artigo, da legenda bibliográfica completa, das informações completas acerca de direitos de cópia e do histórico de tramitação editorial (datas de recebimento, reformulação, aceitação e disponibilização no site);</p> <p>-Clara definição dos requisitos e processos de escolha e dos papéis/responsabilidades do editor-geral e dos editores associados (se houver), dos integrantes do Comitê de Política Editorial e do Corpo Editorial Científico, incluindo prazos de mandato e possibilidade de recondução.</p>
Agilidade	<p>- Os atores principais desse processo – editores, revisores e autores, devem envidar ações visando a atender aos seguintes prazos máximos em relação à data de submissão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 30 dias, para comunicar aos autores o resultado da revisão de admissão (<i>desk review</i>), que define se o manuscrito passará pelo processo de revisão do periódico; e • Até 120 dias, para o encaminhamento aos autores do primeiro parecer de cada um dos revisores, devidamente revisados pelo editor, se for necessário, ou uma carta do editor que sumarie esses pareceres, no caso de manuscritos que tenham sido aceitos no <i>desk review</i>. <p>- Sugere-se, também, a publicação avançada dos artigos. Isso significa a disponibilização dos artigos imediatamente após sua aprovação e editoração, também identificada como</p>

	<i>Ahead of Print, Early View, Publication First</i> , dentre outros. Com isso, a comunidade científica já passa a ter a possibilidade de ter acesso ao conhecimento científico-tecnológico apresentado pelo artigo antes mesmo da composição do número definitivo daquela edição.
Acesso aberto	Todo o conteúdo publicado deve permitir acesso <i>on line</i> irrestrito e livre de quaisquer ônus para o leitor, preferencialmente sob uma licença <i>Creative Commons</i> CC-BY, recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados e alinhando-se com o principal programa de acesso aberto brasileiros, o SciELO.
Originalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Todo conteúdo publicado deve ser original, o que significa não ter sido publicado em nenhum outro veículo, exceto em anais de eventos. - Nos casos de publicação anterior em Anais de eventos, só se deve admitir trabalhos que contenham avanços substanciais em relação à versão apresentada em eventos e deve-se explicitar isso na primeira página do artigo, mesmo em casos de <i>fast track</i>. - Nos casos de dissertações e teses, deve-se verificar que o autor daquele trabalho seja, necessariamente, autor do artigo, mesmo admitindo-se a inserção de outros autores. É importante que o trabalho original seja referenciado no artigo de forma explícita.
Ética na Publicação	<ul style="list-style-type: none"> - Deve-se proceder, ainda na fase de <i>desk review</i>, uma verificação de similaridades, não se admitindo, em hipótese alguma, a ocorrência de plágio e autoplágio. Sugere-se a utilização de softwares específicos para este fim. - Toda e qualquer taxa, eventualmente cobrada pela revista, para editoração e/ou publicação deverá ser apresentada claramente ao autor, no momento da submissão do manuscrito para avaliação. - Sugere-se a associação do periódico ao COPE (<i>Committee on Publication Ethics</i>)
Padronização de Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão, no rodapé de todas as páginas, da legenda bibliográfica resumida (nome do periódico, volume, ano, paginação do artigo) e do logo adequado da licença <i>creative commons</i>, caso esta seja adotada; e, no topo das páginas, alternadamente, os nomes dos autores e o título do trabalho. - Atribuição de DOI (<i>Digital Object Identifier</i>) a todos os manuscritos publicados. - Identificação dos autores por meio do ORCID (<i>Open Researcher and Contributor ID</i>).
Multiplicidade Institucional e Autoral	<ul style="list-style-type: none"> - Processo editorial compartilhado entre pesquisadores e docentes pertencentes a diversas instituições, de modo a evitar o periódico-proprietário, isto é, produzido majoritariamente por pessoas vinculadas a uma instituição específica. - A cada ano, a fração de artigos originários de uma determinada instituição (isto é, com pelo menos um autor, docente ou discente, a ela vinculado) não deve exceder 15% do total de artigos publicados. - Não deve ser publicado, no mesmo ano, mais de um artigo de um autor, independentemente da posição deste na autoria do texto.
Conflitos de Interesses	- Não devem ser publicados artigos de autoria do Editor e de Editores Associados, mesmo que esta autoria seja compartilhada com outros autores, e nem mesmo de dirigentes das instituições mantenedoras do periódico a não ser em casos especiais. Quando for este o caso, esta especificidade deverá ser citada e justificada no Editorial do fascículo, sendo também necessária a indicação explícita de um editor especial para aquele artigo específico, mantendo-se, evidentemente, o anonimato dos autores e avaliadores.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de ANPAD (2017)

As orientações sinalizadas no quadro 6 fazem parte das decisões feitas nas políticas editoriais que orientam a conduta de toda revista. A publicação científica de credibilidade deve conter as regras, as orientações e as normas que seguem, são instrumentos que possibilitam a conferência e validação de todo o processo para a publicação.

A utilização do software *Open Journal Systems* (OJS), por ser de código fonte aberto é considerado um instrumento de boa prática já consolidado na comunicação científica. Este sistema informatiza o processo editorial de revistas científicas por meio do cadastramento de editores, autores, pareceristas e outros colaboradores na publicação de periódicos, assim como gerencia a submissão dos artigos e todo o fluxo editorial. A gestão do OJS é descentralizada, sendo os editores responsáveis pela administração do conteúdo dos respectivos periódicos, permitindo uma melhoria na avaliação da qualidade dos periódicos e uma maior rapidez no fluxo das informações, sendo recomendado pela CAPES (IBICT, 2021b; UEMG, 2019).

A utilização das Licenças *Creative Commons* (Quadro 7) também é uma boa prática. Essas licenças foram criadas para dar maior flexibilidade na utilização de obras protegidas por direitos autorais, de modo que o conteúdo possa ser copiado, distribuído, editado, remixado e utilizado para criar outros trabalhos, sem que as leis de proteção à propriedade intelectual sejam infringidas. As licenças indicam os tipos de permissões de uso dos documentos disponíveis na Internet (MURIEL-TORRADO; PINTO, 2018).

Segundo Muriel-Torrado e Pinto (2018, p. 6) “o periódico científico é um dos meios que melhor se adaptou e aproveitou do uso das licenças *Creative Commons*, se amparando assim da cobertura legal oferecida, que ajuda aos periódicos, entre outros, a assegurar a originalidade dos conteúdos”. Ver as licenças no Quadro 7.

Quadro 7 - Relação das Licenças *Creative Commons*

SÍMBOLO DA LICENÇA	ATRIBUIÇÃO
 BY	Atribuição CC BY
Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.	
 BY SA	Atribuição-CompartilhaIgual CC BY-SA
Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Esta licença costuma ser comparada com as licenças de software livre e de código aberto “ <i>copyleft</i> ”. Todos os trabalhos novos baseados no seu terão a mesma licença, portanto quaisquer trabalhos derivados também permitirão o uso comercial. Esta é a licença usada pela Wikipédia e é recomendada para materiais que seriam beneficiados com a incorporação de conteúdos da Wikipédia e de outros projetos com licenciamento semelhante.	

	Atribuição-SemDerivações CC BY-ND
Esta licença permite a redistribuição, comercial e não comercial, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído a você.	
	Atribuição-NãoComercial CC BY-NC
Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.	
	Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual CC BY-NC-SA
Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.	
	Atribuição-SemDerivações-SemDerivados CC BY-NC-ND
Esta é a mais restritiva das nossas seis licenças principais, só permitindo que outros façam download dos seus trabalhos e os compartilhem desde que atribuam crédito a você, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de *Creative Commons* (2021)

O quadro 7 apresenta as possibilidades de atribuição das licenças *Creative Commons* e as suas atribuições orientam o grau de restrição para cada uma delas. A CCBY 4.0 é a licença de aplicação internacional menos restritiva, ou sem qualquer restrição de uso, o que integra a lista de da aplicação de boas práticas para a publicação científica da ANPAD.

Outro requisito considerado pela ANPAD (2017) como boas práticas da publicação científica é a integração do Conselho Editorial e o Corpo Editorial Científico. Sendo que, o tamanho do conselho editorial deve ser proporcional à quantidade de submissões para que não ocorra sobrecarga de trabalho dos envolvidos. O manual sugere até 50 artigos por membro do Corpo Editorial, considerando que as boas práticas da publicação científica implicam que, em momentos diferentes, as duas instâncias acabem por envolver-se com os mesmos artigos. Neste caso os membros do Conselho Editorial Científico realizaram a revisão de admissão (*desk review*) e sugerem os revisores *ad hoc*. Para periódicos com até 50 submissões anuais compete ao editor-chefe essa função, no entanto, tal papel pode ser exercido eventualmente por um integrante do Corpo Editorial Científico.

Uma boa prática visando dar agilidade ao fluxo editorial, além de estipular prazos para as avaliações, é a adoção do fluxo contínuo, que consiste na publicação individual e imediata

dos artigos tão logo estejam finalizados, isto é, quando tenham sido aprovados pelos pares, revisados, editados e diagramados. Os artigos são, então, adicionados em pequenos lotes ao número regular em aberto que crescerá ao longo do tempo até que seja “fechado” e substituído por um novo número. Dessa forma, não há necessidade de que artigos prontos para a publicação tenham de esperar meses até que certa quantidade de artigos seja finalizada e o número regular do periódico seja fechado (SANTOS; CALÒ, 2020).

Segundo Santos e Calò (2020), com a publicação imediata dos artigos não sendo mais ditada pela programação da publicação impressa, é possível acelerar o processo de publicação e ampliar a janela de exposição dos artigos aumentando, assim, as possibilidades de que outros pesquisadores acessem e citem os artigos mais rapidamente.

A utilização do *Digital Object Identifier* ou Identificador de Objeto Digital (DOI) é outra boa prática. O DOI é um identificador formado por letras e números que funciona como um padrão único para a identificação de um documento na internet. O número é formado por um prefixo que identifica o publicador e por um sufixo determinado pelo responsável pela publicação. A atribuição do DOI aos artigos científicos é uma boa prática, sendo uma garantia em relação aos Direitos Autorais, bem como um facilitador para a autenticação do documento, pois garante o acesso e a localização dos metadados do objeto digital (UEMG, 2019).

A adoção do *Open Researcher and Contributor ID* ou ID Aberto de Pesquisador e Contribuidor (ORCID), também é uma boa prática. O ORCID é um identificador digital gratuito, único e persistente, que distingue um acadêmico/pesquisador de outro e resolve o problema da ambiguidade e semelhança de nomes de autores e indivíduos, substituindo as variações de nome por um único código numérico, algo como “0000-0002-0123-208X.”. Dessa forma, facilita o registro de informações e automatiza a atualização das publicações e produções de artigos (USP, 2021b).

O Currículo Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) já utiliza o ORCID na identificação dos pesquisadores e o DOI para a identificação das publicações, que também está integrado ao ORCID, sendo que esta integração garante a atualização automática de publicações que possuam DOI (USP, 2021b).

A ANPAD (2017, p. 14-15) listou recomendações pontuais de boas práticas para revisores, conforme segue:

- O revisor não deve aceitar a tarefa de avaliar um manuscrito caso não se sinta profissionalmente qualificado no respectivo tema.
- Se o processo de revisão é duplamente cego, **o revisor deve informar o editor, caso a identidade do autor lhe seja conhecida.** Quanto aos editores associados e aos membros do Corpo Editorial Científico, embora não lhes seja explicitamente informado quem são os autores, aqueles poderiam

eventualmente vir a reconhecê-los a partir do estilo ou do conteúdo do próprio artigo; mas tal identificação não seria um impeditivo para prosseguirem com o processo de revisão de admissão (*desk review*) e para a indicação de possíveis revisores.

- Cada periódico estabelece um **prazo** para o retorno dos revisores e estes devem explicitamente comprometer-se a atendê-lo ou negociar sua alteração. Cumprir a data de devolução assim acordada é uma questão de ética, respeito e responsabilidade da função de revisor.
- O revisor deve **ler com cuidado a política editorial e as instruções aos revisores** do periódico. Os editores podem ter diretrizes que não lhes sejam familiares ou com as quais o revisor não concorde totalmente, e há o risco de este solicitar alterações incompatíveis com o que o periódico preconiza.
- Para obter uma primeira percepção geral do artigo, recomenda-se ao revisor efetuar sua leitura em profundidade em uma única sessão. Eventualmente, pode-se marcar ou anotar alguns pontos nessa leitura, mas a proposta é de apreender o todo, não se detendo em aspectos específicos. É também recomendável retomar o trabalho três ou quatro dias depois, percorrendo o texto minuciosamente e simultaneamente elaborando o parecer.
- O revisor deve atentar para o fato de que diferenças de paradigma *podem* influenciar sua decisão sobre a qualidade do manuscrito e conscientemente evitar que isso ocorra.
- O revisor deve **apontar as falhas corrigíveis e necessariamente** indicar o que pode ser feito para saná-las. Um bom revisor, no entanto, possibilitará aos autores uma flexibilidade que lhes permita continuar escrevendo o artigo que querem escrever. O revisor deve, sempre, avaliar o custo-benefício de cada mudança solicitada em termos da efetiva melhoria na qualidade do manuscrito.
- Sempre que cientificamente pertinente, **deve-se sugerir aos autores referências relevantes para o manuscrito e/ou sua reformulação.**
- O revisor deve esforçar-se ao máximo para apontar *todas* as alterações que julgar pertinentes na primeira revisão do manuscrito, de modo a evitar novas recomendações cada vez que este retornar reformulado.
- Quando receber um manuscrito, reformulado pelos autores a partir de recomendações suas, de outros revisores e dos editores, **atentar para as recomendações dos demais revisores antes de emitir um novo parecer.**
- Caso o manuscrito apresente falhas *incorrigíveis*, avaliar a possibilidade de apontá-las como *limitações do artigo* na seção apropriada. Não sendo viável, recomendar sua rejeição, indicando a razão que torna as falhas insanáveis.
- Quando recomendar a rejeição de um manuscrito, o revisor deve apontar as razões com muita **objetividade e clareza.**

É comum que cada periódico faça as suas diretrizes para a avaliação dos textos, que geralmente acontece por meio da aplicação de formulários de avaliação elaborados pela comissão editorial.

Trzesniak (2006) sugere que os periódicos, além do Regulamento Geral, possuam um manual do processo editorial, contendo a descrição detalhada de cada procedimento da rotina operacional. Isso, além de facilitar o trabalho do editor, garante a uniformidade e, especialmente, a continuidade do processo ao longo do tempo, particularmente quando há uma substituição na equipe (inclusive do próprio editor).

Segundo Fachin, Silveira e Abadan (2020, p. 138) uma estratégia de divulgação que a revista pode adotar “é a aplicação do uso de vídeos ou áudios para a publicação de conteúdos

científicos, como exemplo: publicações de resumos de artigos em formato de áudio e vídeo, ou um vídeo explicativo no qual o autor comenta sobre a sua pesquisa”.

As boas práticas listadas visam o bom funcionamento do fluxo de trabalho do processo editorial científico, garantindo que as normas, regulamentos e diretrizes sejam aplicadas a fim de atender aos órgãos avaliadores e indexadores, assim como o objetivo de propiciar qualidade, fidedignidade, autenticidade à publicação do qual o periódico e equipe editorial são responsáveis. Por fim, o presente capítulo cumpriu um dos objetivos específicos, na medida que deu suporte à elaboração da proposta final do trabalho. Tais recomendações de boas práticas contribuem e sustentam o propósito de revisar e reestruturar a Revista Ignis, objeto de estudo desta monografia.

6 PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DA REVISTA IGNIS

A proposta a ser apresentada se pauta na fundamentação teórica sobre comunicação científica e gestão de periódicos, bem como no diagnóstico da situação atual da Revista Ignis e nos requisitos de boas práticas de periódicos científicos. Como ponto de partida para o processo de reestruturação da gestão da revista, foi utilizado a proposta de planejamento apresentado no relatório da revista em 2020 (CBMSC, 2020).

A proposta tem como propósito atender ao terceiro objetivo específico e, conseqüentemente, ao objetivo geral desta monografia, sugerindo maneiras de operacionalizar o planejamento realizado por meio da definição de ações e os respectivos elementos e requisitos necessários a um periódico científico, incluindo tendências e demandas do processo editorial exigido pelas bases de dados multidisciplinares.

Os primeiros passos para a reestruturação da revista já se encontram em andamento, sendo a elaboração de uma Diretriz¹ Administrativa tratando sobre as normas de funcionamento da revista e a contratação de uma empresa para realizar o serviço de migração de dados entre versões do software *Open Journal System* (OJS), incluindo hospedagem, manutenção e suporte técnico. A empresa irá se corresponsabilizar com o CBMSC, nos termos contratuais, pelo armazenamento, sustentabilidade, segurança e preservação do portal de periódicos da revista, assegurando a manutenção dos dados, a realização de *backups* e a atualização sempre que surgir uma nova versão do sistema.

Para estruturar a proposta (Quadro 8), foi necessário categorizar os elementos centrais, para contemplar todos as questões, sendo: governança da revista; política editorial da revista; política e fluxo de avaliação; divulgação e marketing e política de parcerias.

¹ Instituído por resolução, detalha os objetivos definidos pelas políticas fixadas na organização. É um conjunto de instruções ou prescrições de caráter geral, visando definir objetivos e metas, orientar a ação, fixar prioridades ou regular a conduta para a consecução de uma atividade administrativa (Adm) ou operacional (Op), de instrução ou de ensino. Pode ser ostensiva ou reservada. A numeração é contínua (não zera a cada ano) e separadas entre administrativas e operacionais (CBMSC, 2021, p. 18).

Quadro 8 - Proposta de reestruturação da gestão da Revista Ignis

GOVERNANÇA DA REVISTA

Este tópico diz respeito aos atores do processo.

Corpo editorial:

- Convidar pesquisadores externos para compor o novo corpo editorial da revista, formalizando por meio do envio de carta (e-mail) convite.
- Em âmbito interno, enviar nota eletrônica de chamamento de interessados em compor o corpo editorial da revista.
- A nova equipe editorial deve ser composta por especialistas de todas as áreas de conhecimento a que o periódico se dedica e preferencialmente de instituições variadas com a titulação de mestre e/ou doutor.
- O corpo editorial necessita contar com uma estrutura mínima composta por um Editor-Chefe, Conselho Editorial (Conselho Consultivo), Corpo Editorial Científico, Conselho de Avaliadores (pareceristas *ad hoc*) e secretaria.
- Definir requisitos, responsabilidades e processo de escolha da equipe editorial, incluindo prazos de mandato e possibilidade de recondução.
- Publicar portaria nomeando a nova comissão editorial, com indicação da titulação e vínculo institucional.
- Nomear equipe técnica composta por especialista na área de tecnologia e informação, revisor de texto e revisor de idiomas (português, inglês e espanhol).
- Enviar certificado aos avaliadores ao final do processo de análise dos artigos.
- A equipe necessita ser capacitada quanto as rotinas editoriais, incluindo a utilização do OJS.
- Avaliar, nos termos da legislação e normativas vigentes, a possibilidade de pagamento de indenização de ensino para os avaliadores cadastrados e designados para análise dos trabalhos submetidos a revista.
- Publicar na página da revista a lista daqueles que atuaram como revisores do periódico no ano, sem, no entanto, estabelecer uma ligação entre revisores e os manuscritos avaliados.
- A equipe editorial deve participar de eventos de editores e redes informais para trocas de experiência, bem como trocar experiências com outras equipes editoriais.

Autores:

- Os artigos publicados na revista devem, preferencialmente, ser de autores afiliados a

instituições diferentes da EGov do CBMSC.

- Os trabalhos produzidos na EGov devem ser publicados em outras revista, visando diminuir gradativamente a endogenia das publicações.
- Não deve ser publicado, no mesmo ano, mais de um artigo de um mesmo autor ou de coautores.
- Não deve ser publicado trabalhos de autoria da equipe editorial, mesmo que esta autoria seja compartilhada com outros autores.
- Realizar a publicação somente após o termo de consentimento assinado por todos os autores.

Manual: Elaborar um manual contendo a descrição detalhada das funções dos atores envolvidos no processo e dos procedimentos da rotina de gestão editorial da revista, visando garantir a uniformidade e, especialmente, a continuidade do processo ao longo do tempo, particularmente quando há uma substituição na equipe, inclusive do próprio Editor-Chefe.

POLÍTICA EDITORIAL DA REVISTA

Este tópico diz respeito a política editorial da revista.

Objetivo do periódico: Publicizar a produção científica relacionada à Segurança Pública, abrangendo temáticas correlatas à atividade de bombeiro, produzida nos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização dos corpos de bombeiros, abrangendo também trabalhos realizados fora da esfera militar com assuntos relacionados a temática da revista.

Classificação: A Ignis ainda não é classificada pela CAPES, portanto não possui área de concentração definida; no entanto, deve ser informado na página da revista que conforme a tabela do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quanto à área do conhecimento, a revista está classificada em 9.00.00.00-5 Outros e 9.03.00.00-9 Carreira Militar.

Área de concentração: Pela normativa de ensino da corporação (IG-40-01) as áreas de concentração da revista são Atividade Operacional BM e Atividade Organizacional BM, e suas respectivas linhas de pesquisa.

Linhas de pesquisa:

- Atividade Operacional BM: Salvamento, Combate a Incêndio, Prevenção, Tecnologia na

Atividade BM e Proteção Civil.

- Atividade Organizacional BM: Ciências Sociais Aplicadas, Educação, Saúde, Cultura Institucional e Estudos Jurídicos.

Público-alvo: Bombeiros Militares e demais interessados nas temáticas da Revista.

Política de acesso: Deverá ser informado na página da revista que todo conteúdo publicado está disponível com acesso livre e irrestrito, conforme as melhores práticas e princípios da ciência aberta.

Política de direito autoral:

- Será utilizada a licença mais flexível, a *Creative Commons* “CC BY”.

- A licença “CC BY” permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído o devido crédito pela criação original.

Indexadores:

- A Ignis não está indexada em nenhuma base de dados e/ou portal.

- Visando aumentar a visibilidade do periódico, a Comissão Editorial deve pesquisar em quais bases de dados e indexadores, a revista se encaixa, com vistas à qualificação da publicação.

- A partir da reestruturação proposta neste trabalho deverá ser feita a solicitação formal para as bases de dados na qual a revista atenda os critérios para solicitar a indexação.

- Não deve ser solicitado indexações sem a revista estar cumprindo os requisitos exigidos, pelo fato de alguns indexadores levarem em torno de dois a três anos para revisar uma nova candidatura de submissão.

- A equipe editorial deve conhecer melhor como funciona os recursos dos indicadores bibliométricos vinculados às bases indexadoras. Esses indicadores avaliam os acessos e as citações dos artigos do periódico, atribuindo um valor estatístico aos trabalhos publicados, servindo como um indicador de impacto do conteúdo dos artigos a partir do maior número de acessos e de citações.

Estatística: A equipe editorial deve conhecer os recursos disponíveis e planejar a

implementação do *Google Analytics* e do *Counter* do OJS. Essas duas ferramentas possibilitam o acesso a muitas estatísticas, que são interessantes para o conhecimento dos leitores, editores e autores, tais como: índice h e h5, citações, artigos mais acessados, quantidade de downloads, países que visitam o portal, perfil do usuário, etc.

Questões éticas:

- No que diz respeito à ética na publicação devem ser observadas as instruções e o código de ética do *Committee on Publications Ethics* (COPE) que apresenta critérios na padronização e utilização das condições em relação ao uso indevido de artigos, plágios, retratações, entre outros.
- A revista deve seguir o Manual de Boas Práticas da Publicação Científica da ANPAD.
- A equipe editorial da revista deverá fomentar e estimular ética na pesquisa, trabalhando junto a EGov para a criação de um comitê de ética.

Política antiplágio:

- Os trabalhos submetidos à revista serão verificados por *software* que identifica similaridades entre documentos.
- Com o intuito de garantir a originalidade os trabalhos poderão ser verificados a qualquer momento durante o processo editorial.
- Os autores podem receber eventuais questionamentos, e caso o plágio e/ou autoplágio seja realmente comprovado, o manuscrito será rejeitado pela revista.
- Sugere-se a utilização do *software CopySpider* ou *SimilarityCheck*.

Originalidade:

- Os trabalhos não devem ter sido publicados em nenhum outro local anteriormente, exceto em anais de eventos, sendo admitido trabalhos que tenham avanços substanciais da versão já apresentada em eventos, devendo essa situação ser informada na primeira página do artigo.
- No caso de artigos decorrentes de dissertações e teses, será autorizado a inserção de outros autores e o trabalho original deve ser referenciado de forma explícita.

Periodicidade:

- Deve ser mantida a periodicidade semestral com fluxo contínuo.
- O fluxo contínuo consiste na publicação individual e imediata dos artigos a partir do momento que tenham sido aprovados pelos pares, revisados, editados e diagramados.

- A publicação dos fascículos deve ser pontual, tendo em vista que a regularidade é um fator importante e exigido por bases indexadoras e foco de avaliação dos órgãos reguladores.
- A publicação de edições especiais e temáticas não conta como edição semestral.

Publicações por fascículo: Deverá ser publicado pelo menos 10 trabalhos por fascículo e utilizada a estratégia de organização dos conteúdos por data de aceite, tendo em vista que a revista possui fluxo contínuo.

Idioma: Será aceito a submissão de manuscritos nos idiomas português, inglês e espanhol.

Pagamento de taxas: Informar na página da revista que não há cobrança de taxas de submissão, publicação e acesso.

Vínculo do periódico:

- A Revista é vinculada a EGov, no entanto é necessário a formalização por meio de uma portaria.
- Na página da revista e no *template* dos trabalhos deve constar a vinculação da revista a Egov.

Declaração de privacidade: Informar no momento da submissão que os nomes e endereços informados serão utilizados exclusivamente para os serviços prestados pela publicação, não sendo disponibilizados para outros fins ou a terceiros, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Formato de trabalhos aceito para submissão: A revista irá aceitar a submissão de trabalhos no formato de artigos científicos, resenhas e relatos de experiências.

Normalização:

- A normalização consiste no cumprimento de normas prescritas pelo periódico. Tais normas, são listadas nas “diretrizes para autores” como requisitos para submissão e visam manter o padrão estipulado pela revista e exigido pelas bases indexadoras.
- Deve ser revisto as “Diretrizes para autores” e elaborado um texto mais detalhado.
- O modelo (*template*) de artigos científicos, resenhas e relatos de experiências, devem ser

disponibilizados na página da revista.

- A normalização das citações no texto e as referências devem seguir as regras vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Sistema de editoração:

- A revista deve permanecer utilizando o software *Open Journal Systems* (OJS) para gerenciar o fluxo editorial, assegurando sua padronização, uniformidade, agilidade, transparência e rastreabilidade.

- A ferramenta controla todo o processo desde a submissão dos artigos científicos até a publicação dos fascículos on-line.

- O software deve ser atualizado sempre que houver atualizações disponíveis.

Padronização:

- Deve ser providenciado a aquisição do DOI (*Digital Object Identifier*) para todos os artigos, inclusive os já publicados.

- O DOI é uma garantia em relação aos direitos autorais, bem como um facilitador para a autenticação do documento, pois garante o acesso e a localização dos metadados do objeto digital.

- Os autores devem ser identificados por meio do ORCID (*Open Researcher and Contributor ID*).

- O ORCID é um identificador digital gratuito, único e persistente, que distingue um autor de outro e resolve o problema da ambiguidade e semelhança de nomes.

- Deve ser adotado no topo das páginas, alternadamente, os nomes dos autores e o título do trabalho.

- Deve ser incluído no rodapé de todas as páginas legenda bibliográfica resumida e o logo adequado da licença *creative commons*.

- A legenda bibliográfica é um conjunto de elementos destinados à identificação dos artigos, onde devem constar: título do periódico abreviado, local de publicação, número do volume, número do fascículo, número da página inicial e final de cada artigo e data da edição.

Elementos que devem constar na página da revista:

- Dados de identificação do periódico: título, ISSN, endereço, telefone e e-mail.

- Instituição responsável: dados institucionais.
- Dados sobre a gestão e política editorial: nominata de membros, missão, periodicidade, avaliação por pares e formas de arbitragem, diretrizes para submissão e propriedade do direito autoral.
- Dados sobre a circulação: formas de distribuição e difusão, autorização para reprodução, local e data de publicação.

Elementos que devem constar no fascículo:

- Capa, sumário e editorial.
- Expediente: dados de identificação do periódico; gestão e política editorial; e circulação.
- Apresentar em cada edição o número de submissões, artigos aceitos, artigos rejeitados, número e lista dos avaliadores participantes.

Elementos que devem constar no artigo:

- Devem estar assinados pelos autores, com nome e sobrenome, afiliação institucional, ORCID e e-mail para contato.
- Texto: título, resumo, palavras-chave e referências.
- Título, resumo e palavras-chave devem ser apresentados no idioma do texto e em inglês.
- Indicação das datas de recebimento, aprovação e da publicação.
- Dados de identificação do artigo: legenda bibliográfica, paginação sequencial no fascículo, data de publicação e DOI.

POLÍTICA E FLUXO DE AVALIAÇÃO

Este tópico diz respeito a todo o fluxo de avaliação.

Avaliação dos trabalhos:

- A avaliação dos trabalhos submetidos a revista será realizada pelos pares, no formato *peer review* ou *referee system*.
- Apesar da revista estar alinhada à política de acesso aberto, e buscando adequar-se cada vez mais ao movimento da ciência aberta, deverá ser mantida a avaliação fechada ou cega em dobro, *double blind review*, na qual, é omitido os nomes dos autores e dos avaliadores, bem como de suas instituições, em consonância a recente portaria publicada pela CAPES, Portaria nº 145, de 10 de Setembro de 2021.
- Os trabalhos submetidos à revista serão avaliados inicialmente pelo Editor-Chefe ou encaminhados a algum membro do Conselho Editorial, a denominada revisão de admissão

(*desk review*), na qual devem analisar se artigo atende as normas de publicação e as áreas de concentração da revista.

- O trabalho aprovado na revisão de admissão será encaminhado para dois avaliadores (parecerista), e caso ocorra discordância entre os pareceres, um terceiro será acionado.
- As publicações devem ser submetidas à apreciação de pelo menos um avaliador externo.
- Os trabalhos serão enviados para avaliação com os respectivos critérios de avaliação a serem observados pelos avaliadores, denominado “diretrizes gerais de avaliação”.
- Para evitar feedbacks vagos, as diretrizes gerais de avaliação devem fornecer orientações claras aos parecerista sobre cada um dos itens a serem avaliados.
- Os critérios de avaliação devem ser informados na página da revista para conhecimento dos autores.
- Os avaliadores, em seus pareceres, devem recomendar que o artigo seja aceito sem correções, aceito com correções ou rejeitado.
- Os avaliadores devem atuar com pontualidade, confidencialidade e objetividade.
- Os avaliadores devem possuir titulação de mestre ou doutor, em casos específicos poderá ser aceito avaliador com notório saber na área de estudo.
- A decisão final sobre o aceite do trabalho cabe ao Editor-Chefe, com base nos pareceres dos avaliadores.
- Após o aceite o trabalho é encaminhado para revisão do texto, revisão gráfica e publicação.
- Visando dar agilidade do processo editorial, deve ser definido prazos para cada etapa.

DIVULGAÇÃO E MARKETING

Este tópico diz respeito a ações para ampliar a visibilidade da revista

Ações de divulgação e Marketing:

- Divulgação da revista nas redes sociais da corporação (*Facebook, Instagram e Twiter*).
- Divulgação da revista nos Corpos de Bombeiros de todas as unidades da federação e de outros países.
- Divulgação da revista nos cursos de pós-graduação com temáticas relacionadas à revista.
- Criação de uma conta no *Instagram* e um canal no *Youtube* para a revista.
- Implementar o projeto “Converse com o Editor” nas redes sociais.
- Produzir vídeos e/ou áudios rápidos dos autores comentando sobre a sua pesquisa e divulgando na página da revista e/ou redes sociais.

- Colocar em local de destaque no site da corporação o *link* de acesso à revista.
- Elaborar lista de contatos nacionais e internacionais para enviar uma nova edição e/ou as chamadas para a submissão de manuscritos.
- Realizar tratativas para Ignis ser a revista oficial do SENABOM e publicar os anais do evento.
- Instituir na página da revista um item “Perguntas Frequentes”, exemplo: Como proceder caso eu identifique um grave problema ético ou de integridade científica nos artigos publicados na Revista Ignis?
- Redigir o editorial, discutindo temas atuais da área, apresentando as melhorias incorporadas na revista e os trabalhos publicados em cada fascículo.
- Divulgar e incentivar os leitores para que se cadastrem na página da revista para receberem as notificações de lançamento dos fascículos, criando um vínculo com a revista e, quem sabe, contribuir futuramente como autor.

POLÍTICA DE PARCERIAS

Este tópico diz respeito a possíveis parcerias com outros periódicos, universidades e Escolas de Governo ligadas a área de segurança pública.

- Realizar levantamento de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) que tenham afinidade com as áreas de concentração da revista.
- Realizar parcerias de intercâmbio e cooperação com as universidades identificadas e outros periódicos para fomentar a publicação de artigos dos alunos de mestrado e doutorado, visando a qualificação da revista pelo sistema Qualis Periódicos.
- O Centro de Pesquisa e Inovação do CBMSC, em Florianópolis, e o futuro Centro de Inovação em Resgate e Saúde do CBMSC, em Chapecó, devem fazer parte dessa política de parcerias da EGov.
- Os Centros de Treinamentos localizados em várias regiões do Estado podem ser colocados à disposição das Universidades para o desenvolvimento de pesquisas.
- Os BMs devem ser incentivados a se especializarem em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, em consonância com a DtzPAP Nr 30-CmdoG, que dispõe sobre as normas gerais de apoio à pesquisa científica/tecnológica e à inovação no CBMSC.

Todas as etapas de aplicação descritas no quadro 8 seguem os preceitos das boas práticas da comunicação científica e das diretrizes nacionais de avaliação da publicação científica, bem como buscam seguir algumas orientações da ciência aberta, pois deve haver uma convergência de aplicação que possa atender aos requisitos básicos de ambas as propostas.

Quanto à aplicação desta proposta entende-se que há elementos que devem acontecer de forma imediata, outros à médio prazo e outros em um prazo mais longo. Tal entendimento é por se reconhecer que diferentes esforços precisam ser mobilizados a partir do engajamento de toda uma equipe e da aplicação de recursos, visando a implementação efetiva das ações.

De imediato, faz-se necessário nomear uma equipe editorial provisória para trabalhar nas ações básicas de estruturação e planejar ações de curto prazo. Posteriormente, nomear o novo corpo editorial da revista, que deverá ser composto por pesquisadores de instituições variadas, especialistas nas áreas de conhecimento do periódico e, de preferência, com a titulação de mestre e/ou doutor.

Dos pontos a serem tratados com prioridade tem-se a estabilidade da plataforma, com foco em garantir o fluxo editorial completo, as edições regulares, bem como o acesso à revista. Outra questão importante é planejar para que, gradativamente, os trabalhos produzidos na EGov do CBMSC não sejam maioria nas publicações, ou seja, a endogenia deverá ser reduzida.

Por fim, muito se fala na questão da revista ser qualificada pelo Qualis Periódicos (CAPES), no entanto, o foco deve ser a reestruturação e consolidação da revista como referência na publicação científica na temática de assuntos relacionados à atividade de bombeiro. Portanto, a corporação deve buscar a qualidade do conteúdo das publicações e atender aos requisitos mínimos exigidos para então vislumbrar a indexação da revista em bases de dados nacionais e internacionais. A revista consolidada e com a visibilidade esperada irá atrair autores gabaritados, docentes e discentes dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e, a partir disso, a estratificação no Qualis Periódicos ocorrerá como consequência do trabalho desenvolvido. Neste ínterim, deve ser institucionalizada a cultura da pesquisa na corporação em cursos internos e externos, fazendo parcerias com universidades, bem como utilizando o Centro de Pesquisa e Inovação do CBMSC.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O periódico é o canal de comunicação científico mais utilizado e, durante séculos, vem se transformando e acompanhando o desenvolvimento da sociedade e a produção sistemática do conhecimento de diferentes áreas. Esse processo contempla desde as cartas trocadas entre cientistas até as plataformas digitais com recursos para além do texto, incluindo imagem e som. Entretanto, mesmo com sua evolução, a criação e a manutenção de uma revista científica é um grande desafio, independente da instituição a que o periódico esteja vinculado, pois vários fatores, humanos ou tecnológicos, interferem diretamente no seu desenvolvimento (GARVEY, 1979).

Administrar um periódico requer principalmente apoio institucional, para que os atores envolvidos no processo editorial tenham condições de desempenhar suas funções com uma capacitação adequada, tempo disponível para se dedicar às demandas diárias e com estrutura tecnológica que atenda às necessidades básicas.

Entendendo a dinâmica e as dificuldades advindas do processo para publicações científicas, é possível planejar e executar ações pontuais, que possam viabilizar a disseminação de textos que sejam úteis para toda a sociedade e, com isso, cumprir com a missão do Corpo de Bombeiros Militar do estado de Santa Catarina, qual seja, de “ser uma corporação sustentável, inovadora e empreendedora, atuando com eficiência, eficácia e efetividade, em todos os seus processos e em especial no aprimoramento técnico-profissional do seu capital humano, para preservar a vida, o patrimônio e o meio ambiente catarinense” (CBMSC, 2021b). Nesse sentido, a Revista Ignis é parte dessa missão, colaborando com o aprimoramento dos profissionais da instituição local, nacional, vislumbrando situar-se em nível internacional.

Por fim, finalizamos com o texto de Maturana e Varela (1995), que nos ensina que a evolução social só se deu por meio do aprendizado, por meio da replicação de práticas úteis aos humanos, e com isso a adaptação ao meio. Isso quer dizer que é preciso divulgar o fazer do trabalho do Corpo de Bombeiros para que haja trocas de conhecimento, aperfeiçoamento do que se faz e do como se faz aqui no Brasil, e a revista é o canal, é a ponte para que essa troca aconteça, para que o aprendizado sirva de aporte para a evolução coletiva.

REFERÊNCIAS

- ABADAL, Ernest. Un libro para explicar los marcos y los retos de las revistas científicas [prefácio]. In: SILVEIRA, Lúcia da.; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. (org.) **Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas**. Florianópolis: BU Publicações/UFSC: Edições do Bosque/UFSC, 2020. p. 11-16. DOI: <https://doi.org/10.5007/978-65-87206-08-0>. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208691>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ANGLADA, Luís; ABADAL, Ernest. “¿Qué es la ciencia abierta?”. **Anuario ThinkEPI**, [S.l.], v. 12, p. 292-298, 2018.
- ALVES, Rosemari Pereira dos Santos; GONÇALEZ, Paula Regina Ventura Amorim. Normalização de periódicos científicos: um relato de experiência. **Colóquio em Organização, Acesso e Apropriação da Informação e do Conhecimento**, [s. l.], p. 118-130, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2017/coaic2017/paper/viewFile/508/341>. Acesso em: 04 out. 2021.
- ANDRADE, Viviane Toraci Alonso de. **Comunicação científica na sociedade em rede: uma plataforma de ciência aberta para o Brasil**. 2014. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13158>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- ANPAD. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. **Boas Práticas da Publicação Científica**: manual para autores, revisores, editores e integrantes de corpos editoriais. 2017. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/2017/2017_Boas_Praticas.pdf. Acesso em: 03 out. 2021.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BENTANCOURT, Silva Silvia Maria Puentes; ROCHA, Rafael Port da. Metadados de qualidade e visibilidade na comunicação científica. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 17, n. esp. 2, p. 82-101, 2012. DOI:10.5007/1518-2924.2012v17nesp2p82. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14725436008.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº: 660/2016**. Dispõe sobre o credenciamento da Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a ser instalada no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial e a distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=58511-pces660-16-pdf&category_slug=fevereiro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria Nº 145, de 10 de Setembro de 2021. Consolida as disposições sobre o Qualis Periódicos, seus objetivos e finalidade. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 2021a. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-145-de-10-de-setembro-de-2021-34446824>. Acesso em: 23 set. 2021.

BRASIL. Secretaria de Gestão e Ensino do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sistema Único de Segurança Pública. **Portal de Revistas do Sistema Único de Segurança Pública**. 2021b. Disponível em: <http://portalderevistasusp.mj.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2021.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 15, n.1, esp, p. 1-12, 16 dez. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15nesp.p1>. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CBMMG. **Revista Vigiles**. Revista técnico científica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. 2021. Disponível em: <https://vigiles.bombeiros.mg.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2021.

CBMPE. **Revista Flammae**. Revista técnico científica do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco. 2021. Disponível em: <https://www.revistaflammae.com>. Acesso em: 29 set. 2021.

CBMSC. Portaria 117/CBMSC/2015, de 13 de março de 2015. Cria a Revista Científica e nomeia a Comissão Editorial da Revista Científica do CBMSC. **Boletim do Quartel do Comando Geral**, CBMSC, 2015.

CBMSC. Centro de Ensino. Biblioteca CBMSC. **Relatório de gestão da Ignis**: revista técnico científica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Florianópolis: CBMSC 2020. 35 p. Trabalho não publicado.

CBMSC. **Manual de Redação e Documentos**. Manual 1.2.1, 2021a. Disponível em: <https://documentoscmbmsc.cbm.sc.gov.br/uploads/ba2450d88eea6f9cc8a4e33e7f7e2c9d.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

CBMSC. **Missão**. 2021b. Disponível em: <https://7bbm.cbm.sc.gov.br/index.php/institucional/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 17 out. 2021.

CREATIVE COMMONS. **Sobre as Licenças**. 2021. Disponível em: <https://br.creativecommons.net/licencas>. Acesso em: 05 out. 2021.

CROSSETTI, Maria da Graça Oliveira; SILVA, Carolina Giordani da. Ciência Aberta: o limite entre o saber e o poder do conhecimento [editorial]. **Rev Gaúcha Enferm.**, n. 42, e20210031, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.2021003>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/xWLYvqqn5HCBLRTqhvHFfYH/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FACHIN, Gleisy Regina Bories; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade. **Periódico científico: padronização e organização**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

FACHIN, Juliana; SILVEIRA, Lúcia da; ABADAN, Diego. Ferramentas de gestão editorial para periódicos em acesso aberto. *In: SILVEIRA, Lúcia da.; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. (org.) Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas*. Florianópolis: BU Publicações/UFSC: Edições do Bosque/UFSC, 2020. Cap. 5. p. 127-168. DOI: <https://doi.org/10.5007/978-65-87206-08-0/5>. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208691>. Acesso em: 20 set. 2021.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; MODESTO, Fernando; WEITZEL, Simone da Rocha. Comunicação científica e o protocolo OAI: uma proposta na área das Ciências da Comunicação. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.], v. 6, p. 193-209, 2004. DOI: [https://doi.org/10.17231/comsoc.6\(2004\).1235](https://doi.org/10.17231/comsoc.6(2004).1235). Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1026>. Acesso em: 5 out. 2021.

FLICK, Ume. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GARVEY, W. D. **Communication: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students**. Oxford: Pergamon, 1979. 332 p.

GONÇALVES, Andréa; RAMOS, Lucia Maria S. V. Costa; CASTRO, Regina C. Figueiredo. Revistas Científicas: Características, funções e Critérios de Qualidade. *In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (org.). Comunicação & Produção Científica: contexto, indicadores e avaliação*. São Paulo: Angellara, 2006. Cap. 6. p. 163-190.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida; CASTEDO, Raquel. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. **E-compós**, Brasília, v.11, n. 2, 2009. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.238>. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/238/274> Acesso em: 28 set. 2021.

IBICT. **Curso de Formação de Editores Gerentes no SEER: comunicação científica**. 2021a. Disponível em: <http://ead.ibict.br/cursos/seer2/modulo1pg2.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

IBICT. **Open Journal Systems**. 2021b. Disponível em: http://labcoat.ibict.br/portal/?page_id=15. Acesso em: 21 ago. 2021.

ISSN. International Centre. 2021 Disponível em: <https://portal.issn.org/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MABE, Michael A. Scholarly Publishing. **European Review**, [S.l.], v. 17, n. 1, 2009, p. 3-22, 2009. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/AC1FA559D8F671F6AD96FFC18BCC3100/S1062798709000532a.pdf/div-class-title-scholarly-publishing-div.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Prefácio. *In: SANTOS, Gildenir Carolino (org.). Periódicos científicos de acesso aberto de instituições públicas brasileiras: contextos e*

boas práticas. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2021. p. 15-18. 1 recurso online. (Coleção Periódicos Científicos). DOI: <https://doi.org/10.20396/ISBN9786588816042>.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Tradução Jonas Pereira dos Santos. São Paulo: WORKSHOPS, 1995, 270 p.

MURIEL-TORRADO, Enrique; PINTO, Adilson Luiz. Licenças Creative Commons nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis?. **Biblios**: Journal of Librarianship and Information Science, Lima, Perú, v. 71, p. 1-16, 2018. DOI: <Http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2018.424>. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/424/331>. Acesso em: 05 out. 2021.

OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2011.

PACKER, Abel Laerte. A eclosão dos periódicos do Brasil e cenários para o seu porvir. **Educação e Pesquisa**, [S.l.], v. 40, n. 2, p. 301–323, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/RGBqtc7ZPMRFJSYLB37SXTp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2021.

PAVAN, Cleusa; STUMPF, Ida Regina Chittó. Avaliação pelos pares nas revistas brasileiras de ciência da informação: procedimentos e percepções dos atores. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 28, n. 14, p. 73-92, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2009v14n28p73>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14n28p73/19555>. Acesso em: 04 out. 2021.

RIOS, Fahima Pinto. **Crêterios para a Indexação de periódicos científicos**. 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1439/criterios_para_a_indexacao_de_periodicos_cientificos_15689000824116_1439.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar n. 724, de 18 de julho de 2018**. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina (CBMSC) e estabelece outras providências. 2018. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/724_2018_lei_complementar.html. Acesso em: 19 jul. 2021.

SANTOS, Solange M. dos; CALÒ, Lilian N. Gestão editorial: tendências e desafios na transição para a ciência aberta. *In*: SILVEIRA, Lúcia da.; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. (org.) **Gestão editorial de periódicos científicos**: tendências e boas práticas. Florianópolis: BU Publicações/UFSC: Edições do Bosque/UFSC, 2020. Cap. 1. p. 17-26. DOI: <https://doi.org/10.5007/978-65-87206-08-0>. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208691>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SILVEIRA, Lúcia da. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, [S.L.], v. 31, p. 1-13, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/dJ89vRg94Qxtf6Y7M49Hztr/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2021.

SILVEIRA, Lúcia da; BENEDET, Lara; SILVA, Fabiano Couto Côrrea da. Apresentação. *In*: SILVEIRA, Lúcia da.; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. (org.) **Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas**. Florianópolis: BU Publicações/UFSC: Edições do Bosque/UFSC, 2020. p. 09-10. DOI: <https://doi.org/10.5007/978-65-87206-08-0>. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208691>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVEIRA, Lúcia da; SANTOS, Gildenir Carolino; BUENO, Claudia Oliveira de Moura. Dez boas práticas para portais de periódicos. *In*: SILVEIRA, Lúcia da.; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. (org.). **Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas**. Florianópolis: BU Publicações/UFSC: Edições do Bosque/UFSC, 2020. Cap. 6. p. 169-196. DOI: <https://doi.org/10.5007/978-65-87206-08-0>. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208691>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TARGINO, Maria das Graças; TORRES, Názia Holanda. Comunicação Científica Além da Ciência. **Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, [S.l.], n. 7, p. 1-12, 23 jul. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/am.v0i7.36899>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36899>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TRZESNIAK, Piotr. As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], v. 11, n. 32, p. 346-377, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/wp/wp-content/uploads/2020/06/a13v11n32.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.

TRZESNIAK, Piotr. A estrutura editorial de um periódico científico. *In*: SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; KOLLER, Sílvia Helena (org). **Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica**, São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009, p. 87-102. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/16/12/70-1> Acesso em: 09 out. 2021.

UEMG. Universidade do Estado de Minas Gerais. **Periódicos: roteiro para criação de periódicos científicos**. Minas Gerais: Eduemg, 2019. 15 p. Disponível em: http://eduemg.uemg.br/media/attachments/2019/02/19/roteiro_para_criacao_de_periodicos_editorial.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Biblioteca Universitária, Portal de Periódicos, **Relatório Anual – Gestão 2020**. 2021. 23 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/220559/Relat%c3%b3rio%20Anual%202020%20-%20Final%2026.02.2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jul. 2021.

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO. **Normas de criação de periódicos científicos**. 2021. Disponível em: <http://portal.metodista.br/politicaeditorial/normas-de-criacao-de-periodicos-cientificos>. Acesso em: 23 ago. 2021.

USP. Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica. **Entenda o que é Acesso Aberto**. 2021a. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/apoio-pesquisador/acesso-aberto-usp/entenda-o-que-e-acesso-aberto>. Acesso em: 19 set. 2021.

USP. Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica. **ORCID**. 2021b. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/apoio-pesquisador/identificacao-pesquisadores/orcid-2>. Acesso em: 05 out. 2021.

VILAS BOAS, Raphael Faria; CAMPOS, Phillipe de Freitas; AMARO, Bianca. Análise dos critérios formais de qualidade editorial: a política de classificação de periódicos científicos a partir do qualis periódicos. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 28-52, 31 mar. 2021.. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2021v26n1p28>. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39985>. Acesso em: 29 set. 2021.

WEITZEL, Simone da Rocha. Fluxo da Informação Científica. *In*: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (org.). **Comunicação & Produção Científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. Cap. 3. p. 81-114.

WERLANG, Elisabete. **Aporte institucional para editores de periódicos científicos**: autoavaliar para (re)conhecer. 2019. 198 f. Tese (Doutorado), Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215461/PCIN0218-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 out. 2021.

APÊNDICE A - Artigos publicados na edição inaugural da revista em 2016

A entrevista investigativa aplicada à perícia em incêndios (ALVES; VIDAL; BALLARDIN, 2016)
Bombeiro Legal: análise dos aspectos legais pertinentes aos programas infanto juvenis desenvolvidos pelo CBMSC (HOFFMANN; GEVAERD; SAMPAIO, 2016)
Características residuais do concreto armado após ser submetido à situação de incêndio (VIEIRA; VIDAL, 2016)
É fogo: quando faltam portas e sobram gente (MORAES; VIDAL, 2016)
Novo serviço público: a nova gestão do CBMSC a partir da mudança organizacional (HEISLER, 2016)
O aperfeiçoamento do serviço de prevenção e salvamento aquático no CBMSC a partir da análise de percepção dos guarda-vidas civis (MAIA, 2016)
O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina como organização de aprendizagem (BARCELOS; VIDAL, 2016)
O emprego de cães para auxílio na detecção de acelerantes de incêndio (BORGES; VIDAL, 2016)
O processo de aprendizagem do estudante soldado Bombeiro Militar de Santa Catarina (DALABENETA; SCHROEDER, 2016)
Seguro incêndio: uma análise acerca dos prêmios e indenizações efetuados no Estado de Santa Catarina (DEMARCHI; ACORDI, 2016)
Teoria da decisão aplicada às organizações pública: um estudo sobre o processo decisório militar no CBMSC (OLIVEIRA, 2016)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

APÊNDICE B - Artigos publicados na segunda edição da revista em 2016

Avaliação do desempenho de sistemas de controle de fumaça por modelagem numérica (CARLOS; MARIANI; MORAES, 2016)
Veículos aéreos não tripulados: panorama atual e perspectivas para o combate a incêndios em grandes edificações (MELO, 2016)
Análise da incidência de incêndios e a disponibilidade de recursos hídricos no município do Rio de Janeiro (SILVA; SOUZA; SOUZA, 2016)
Emprego do aparelho soprador no combate a incêndio florestal (ARAÚJO; GONÇALVES, 2016)
Gestão de crise: conceitos e paradigmas (RODRIGUES; SOARES, 2016)
Descontaminação de artigos em um serviço de atendimento pré-hospitalar do corpo de bombeiros (COSTA; MAGALHÃES, 2016)
Utilização de backup no mergulho de segurança pública: um sopro na vida dos mergulhadores (MAGRINI; TIBOLA, 2016)
O uso progressivo da força na atividade bombeiro militar: segurança no tratar de vidas (SCIENZA, 2016)
A importância do planejamento de emergência para as ações de resposta do corpo de bombeiros (CORRÊA, 2016)
Análise do comportamento individual e coletivo em situações de pânico (CUNHA; BARBOSA, 2016)
Estudo de evacuação em edificação em Brasília com o uso do FDS-Evac (MARIANI; CARLOS, 2016)
Proposta de um sistema informatizado para dispositivos móveis com foco na gestão dos recursos do serviço de salvamento aquático do cbmsc (MASSARANI; KRETZER; MARCON, 2016)
SISDC Mobile: Uma ferramenta de apoio aos municípios para a gestão de desastres (BARROS, 2016)
Aplicativo FIRECAST CBMSC (FRICHS; BORGES; KRETZER, 2016)
Gestão eletrônica de documentos no CBMAL: As vantagens da eliminação do papel no trâmite documental (FILHO; SILVA; ALMEIDA, 2016)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

APÊNDICE C - Artigos publicados na terceira edição da revista em 2017

A importância do conhecimento das particularidades das ocorrências de incêndios florestais com interface urbana para o CBMSC (CIPRIANO JÚNIOR; PARIZOTTO, 2017)
A importância do convívio entre bombeiros militares antigos e modernos para aprendizagem institucional: a percepção do 3º Batalhão de Bombeiros Militar (FRAGAS, 2017)
Avaliação do nível de estresse dos bombeiros militares que compõem o serviço de atividades técnicas do município de Florianópolis (WEINGARTNER, 2017)
Captação de recursos federais pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CLARINDO, 2017)
Curto-circuito como fenômeno termoeletrico relacionado a causas de incêndios em edificações: mitos e verdades (MOTELIEVICZ; ACORDI, 2017)
Explosão ou combustão difusa? (MORAES; ACORDI, 2017)
Investigação de incêndio em edificações: estudo das marcas de combustão e do sentido de propagação das chamas (BASÍLIO; VIDAL, 2017)
Metodologia para investigação em incêndio florestal (STURM; ACORDI, 2017)
O serviço aeromédico especializado - uma nova visão em resgate e transporte aeromédico para Santa Catarina (FONSECA, 2017)
Procedimentos para investigação de incêndios em veículos (NUNES; VIDAL, 2017)
Processo de planejamento orçamentário-financeiro da operação veraneio do corpo de bombeiros militar de Santa Catarina: uma proposta de inovação (SANTOS, 2017)
Proposta para melhorias no manejo com abelha no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CARNEIRO, 2017)
Utilização da fluidodinâmica computacional para o estudo dos incêndios (FAZZIONI, 2017)
Mentoring: uma ferramenta para o desenvolvimento profissional no Centro de Ensino Bombeiro Militar (REIS, 2017).

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

APÊNDICE D - Artigos publicados nas edições quatro e cinco da revista em 2018

Aplicativo Firecast comunidade: divulgação das ocorrências do CBMSC em tempo real (FRANTZ; KRETZER, 2018)
A utilização da fire extinguishing ball no combate à incêndio no Corpo de Bombeiros de Santa Catarina: eficácia e agilidade no combate (SANTOS; SCHWENGBER, 2018)
Correlação entre a dermatoglia e a aptidão física dos guarda-vidas civis do norte de Santa Catarina (MORALES; BRASILINO; BRASILINO, 2018)
Força tarefa no organograma do Batalhão de Ajuda Humanitária do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (BABEL JUNIOR; LAUREANO JUNIOR; PARIZOTTO, 2018)
Perfil do afogamento seguido de óbito no Estado do Tocantins (SILVA, 2018)
Proposta de padronização do serviço de aeronaves remotamente pilotadas no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (SARTE, 2018)
Análise e comparação das normativas estaduais sobre o sistema de controle de fumaça (SOARES, 2018)
Análise SWOT nas fiscalizações dos sistemas preventivos contra incêndios em edificação residencial multifamiliar de baixa complexidade do 14º Batalhão de Bombeiro Militar (PRADO; ANSCHAU, 2018)
Estudo de saídas de emergência: análise do dimensionamento atual com base nos eventos ocorridos em boates e similares (SILVA; ACORDI, 2018)
Normalização da tecnologia multicamadas para gás: os segredos por trás das paredes (RIBEIRO, 2018)
Sistemas de controle de fumaça em edificações (RAMPINELLI, 2018)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

APÊNDICE E - Artigos publicados na sexta edição da revista em 2019

Análise da possibilidade jurídica de fornecimento do laudo de investigação de incêndio e explosão com isenção de taxa ao hipossuficiente economicamente (VIEIRA; BASÍLIO, 2019)
Emprego de aeronave remotamente pilotada (drone) na investigação de incêndio florestal (CUNHA; STURM, 2019)
Incêndios Florestais: a atuação estatal e a responsabilização do agente causador do incêndio (BIANCHI; ACORDI, 2019)
O emprego do mapeamento de arcos elétricos (ARC MAPPING) na rotina de investigação de incêndios do CBMSC (MARQUES, 2019)
Riscos decorrentes do não uso ou uso inadequado da proteção respiratória na investigação de incêndio (OLIVEIRA; MORAES, 2019)
Tempo máximo de busca e resgate de vítimas em ocorrências de deslizamentos no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (BABEL JÚNIOR; PARIZOTTO, 2019)
Uma análise acerca das dificuldades enfrentadas pelas Bombeiras Militares do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) (BUSS, 2019)
Liderança - compreensão, prática e desenvolvimento: Relato de uma experiência de ensino no CBMSC (OLIVEIRA, 2019)
Projetos e captação de recursos em organizações militares: importância e competência (SANTOS, 2019)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

APÊNDICE F - Artigos publicados na sétima edição da revista em 2020

A preservação da cena nas perícias em incêndio: um treinamento necessário para todos os bombeiros militares (PIRES; TIMMERMANN, 2020)
A utilização da extração em ângulo zero no resgate veicular (MARQUES, 2020)
Causas de incêndio acidental e humana indireta e suas implicações jurídicas (SOUZA; VIEIRA, 2020)
Dificuldades encontradas pelos peritos do corpo de bombeiros militar de Santa Catarina na elaboração do laudo pericial de incêndios florestais (STURM; FARIAS, 2020)
Estudo da viabilidade da proposta de atribuição do poder de polícia ambiental para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CIPRIANO JÚNIOR, SILVA, 2020)
Identificação dos indicadores da área de perícia do corpo de bombeiros militar de Santa Catarina (COSTA; PELOZZI, 2020)
Proposta de implementação da perícia em incêndio no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), com base no modelo do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) (RESENDE; BASÍLIO, 2020)
Do combate ao incêndio pelo CBMSC ao laudo pericial do IGP: o aprimoramento de DTZ-POP com vistas à preservação do local (PENNA; MOTELIEVICZ; MORAES, 2020).

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)